



Caio dos Santos Araújo

**Questões socioambientais na Comunidade Vila Parque da
Cidade**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do
Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Felipe Sússekind Viveiros de Castro

Rio de Janeiro
Setembro de 2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Caio dos Santos Araújo

Questões socioambientais na Comunidade Vila Parque da Cidade

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós
Graduação em Ciências Sociais da PUC-RIO.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof. Felipe Sússekind Viveiros de Castro

Orientador

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. Marcelo Tadeu Baumann Burgos

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. Alexandro Solórzano

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2023

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Caio dos Santos Araújo

Graduou-se em Ciências Sociais na PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) em 2020. Cursou o programa de pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio na linha de pesquisa de “diversidades”. Durante a pós-graduação participou como pesquisador do Instituto Tecgraf, com estudos sobre sustentabilidade, conservação ambiental e socioambientalismo, na região da Gávea (RJ).

Ficha catalográfica

Araújo, Caio dos Santos

Questões socioambientais na Comunidade Vila Parque da Cidade / Caio dos Santos Araújo; orientador: Felipe Sússekind. – 2023.

89 f.; 30 cm

Dissertação(mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2023.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Conservação ambiental. 3. Socioambientalismo. 4. Trabalho de campo. I. Sússekind, Felipe. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD 300

Agradecimentos

Ao meu orientador Professor Felipe Sússekind Viveiros de Castro.

Ao Instituto Tecgraf/PUC-Rio, no âmbito do Projeto Infracidades.

Ao Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura (IEEA), vinculado à Secretaria Estadual de Infraestrutura do Estado do Rio de Janeiro, que apoiou este projeto através do Contrato 001/2021, com recursos oriundos do Governo do Estado do Rio de Janeiro

Aos professores e funcionários do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Aos colegas da turma de mestrado 2021.1, Malu, Fernando, Luísa, Jhonas, Caio.
E ao meu amigo doutorando Renan.

À Luiza, por não me deixar desistir do meu sonho.

À família Moreira Proença, por me acolher.

À minha guia espiritual, Mãe Carla e todos da Tenda Espirita Vovó Cambinda.

Aos meus pais, pelo amor, carinho e paciência.

Ao meu irmão, por estar sempre ao meu lado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Resumo

Araújo, Caio dos Santos. SÜSSEKIND, Felipe (Orientador). **Questões socioambientais na Comunidade Vila Parque da Cidade**. Rio de Janeiro, 2023, 89p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação trata das questões socioambientais na região do Alto Gávea, Rio de Janeiro, a partir da relação entre o Parque Natural Municipal da Cidade e a Comunidade Vila Parque da Cidade. A hipótese é que os moradores da comunidade construíram uma forma particular com o território, de cunho comunitário. O objetivo é discutir questões ligadas à preservação ambiental, de moradia e acesso aos direitos sociais. O trabalho utiliza metodologia qualitativa e foi realizado com base em pesquisa bibliográfica, trabalho de campo e entrevistas.

Palavras-Chave

Conservação ambiental; Socioambientalismo; Trabalho de campo.

Abstract

Araújo, Caio dos Santos. SÜSSEKIND, Felipe (Advisor). **Socio-environmental issues in the Vila Parque da Cidade**. Rio de Janeiro, 2023, 89p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The dissertation deals with socio-environmental issues in the Alto Gávea region, Rio de Janeiro, based on the relationship between the Parque Municipal da Cidade and the Comunidade Vila Parque da Cidade. The hypothesis is that the residents of the community built a particular form with the territory, of a community nature. The aim is to discuss issues related to environmental preservation, housing and access to social rights. The work uses qualitative methodology and was carried out based on bibliographical research, field work and interviews.

Keywords

Environmental preservation; Socioenvironmentalism; Fieldwork.

Sumário

1. Introdução	8
2. A criação de áreas naturais protegidas no Brasil	15
3. A Comunidade Vila Parque da Cidade e o seu parque natural	31
3.1 A Associação de Moradores do Parque da Cidade	41
3.2 O Parque Natural Municipal da Cidade	52
4. Controvérsias socioambientais na Comunidade Vila Parque da Cidade	64
5. Conclusão	81
6. Referências Bibliográficas	85

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa "A Vila e o Parque"	15
Figura 2 - Mapa Vila Parque	31
Figura 3 - Notícia do "O Dia" sobre remoção das famílias do Horto	36
Figura 4 - Estrada Santa Marinha, ao fundo a Associação de Moradores	42
Figura 5 - Áreas Programáticas do Município do Rio de Janeiro	44
Figura 6 - Parte Lateral da Creche Municipal Doutor Pedro Bloch	46
Figura 7 - Entrada do Parque Municipal da Cidade	51
Figura 8 - Placa no Parque da Cidade com referência ao Circuito Ademar Coimbra Filho	53
Figura 9 - Piscina Marajoara	55
Figura 10 - Escultura "Contemplação", localizada no Parque Natural Municipal da Cidade	56
Figura 11 - Capela de São João Batista	57
Figura 12 - Logótipo do Parque Natural Municipal da Cidade	59
Figura 13 - Antigo reservatório de água da Serra Carioca	61
Figura 14 - Visita guiada pelo "Urso"	71
Figura 15 - Urso e uma jiboia durante um resgate. No canto inferior direito, Urso aparece durante uma visita guiada pelo parque	72
Figura 16 - Macaco prego "topetudo" próximo à lixeira da COMLURB	73

Introdução

Esta dissertação adota uma abordagem socioambiental para estudar a relação dos moradores da comunidade Vila Parque da Cidade com seu vizinho, o Parque Natural Municipal da Cidade (PNMC). O campo de estudo é o Alto Gávea onde está localizado o Parque Natural Municipal da Cidade, o Museu da Cidade, a Favela Vila Parque da Cidade, assim como condomínios e casas de alto padrão. O termo socioambiental tem sido utilizado em distintos contextos, indo da pesquisa acadêmica ao campo da atuação política. Durante a redemocratização, ganha expressividade com a articulação de movimentos ambientais e sociais, das movimentações entre comunidades indígenas e grupos tradicionais seringueiros e castanheiros, frente à ocupação da iniciativa privada e do Estado.

A abordagem influenciou a constituição de 1988, possibilitando a criação de um modelo de preservação alternativo: as reservas extrativistas (Carneiro da Cunha e Almeida, 2009). O conflito da preservação ambiental de um lado, e do desenvolvimento social de outro, tem como questão chave a crise ambiental.

Propõe-se trabalhar a relação entre os humanos e os não humanos dentro de uma abordagem capaz de fugir da ruptura entre natureza e cultura. O trabalho de dissertação parte de uma tentativa teórica/metodológica que possa escapar a essa escolha que cria divisões entre fato e valores, natureza e cultura, humanos e não humanos (Latour, 2005). Um estudo que possa compreender a relação que as pessoas constroem com a “natureza”, articulando tanto aspectos ecológicos quanto históricos e culturais.

Segundo Chakrabarty, os humanos ganham força geológica ao ponto de modificarem o funcionamento do sistema terrestre, dando início ao chamado “antropoceno”. As mudanças climáticas impõem questões teóricas metodológicas acerca da ideia de humano. O debate acerca do aquecimento global no âmbito público surge no final da década de 1970 (Chakrabarty, 2013).

As alterações climáticas possuem causa antrópica e impõem uma nova agenda para as ciências sociais, de modo que questões fundamentais da área como a relação entre indivíduo e sociedade, natureza e cultura são colocadas em xeque. Segundo Ulrich Beck, o mundo social e o mundo natural estão misturados. Embora,

as questões ambientais tenham sido abordadas tradicionalmente utilizando somente as ciências naturais (Beck, 1986).

Na perspectiva do autor, vivemos o fim de um ciclo, alguns autores afirmam o fim da modernidade ou o fim da história. De qualquer forma, é caro a percepção de que está em curso uma transição. Beck afirma que, o atual estágio da sociedade industrial configura a “sociedade de risco”, onde os efeitos de seu processo ganham força geológica (Beck, 1986). Ao mesmo tempo, as ciências, no trabalho em destaque as sociais, não possuem arcabouço teórico metodológico capaz de dar conta das transformações.

Em “A metamorfose do mundo”, o autor chega a declarar a falência das ciências, já que, estas teriam perdido o referencial teórico diante de um mundo que não é mais o mesmo. Como lidar com questões clássicas da disciplina, como a relação entre natureza e sociedade, em um cenário de grandes alterações no clima? A maneira como o debate sobre modernidade tem sido travado se mostra insuficiente para o enfrentamento que o contexto das mudanças climáticas nos coloca. A começar pela participação central, e não mais coadjuvante, do meio ambiente e da natureza (Beck, 2018).

Neste sentido, propõe-se a inseparabilidade das dimensões social e ambiental. No que tange às ciências sociais, a natureza é convencionalmente construída em oposição ao social, sendo apenas a base material para o desenvolvimento social humano. Enquanto a perspectiva ambiental tende a retirar os aspectos políticos e as dimensões humanas da natureza (Pádua, 2010). Portanto, do ponto de vista das ciências sociais existe um déficit sobre a temática ambiental, sendo um dos motivos a separação entre natureza e sociedade, colocada desde o surgimento da ciência social.

Dessa forma, parte da perspectiva ambiental trabalha com a ideia de uma “natureza intocada”. Uma natureza sem influência humana, e que deve permanecer em seu estado “selvagem” (Diegues, 2008). Os riscos da problemática ambiental tendem a ser tratados pela modernidade, ora pela natureza, ora pela tecnologia, sempre em uma relação de conhecimento e controle. Desse modo, as implicações políticas, sociais e culturais da questão ambiental não são consideradas nas análises. Novamente, separa-se aquilo que é considerado natural do que é social. Sendo assim, o meio ambiente é tratado como recurso, sem sentido social e cultural. A ideia de recurso possui uma perspectiva mercantilista, ao transformar a natureza em

uma mercadoria e base do desenvolvimento humano social. Neste sentido, a natureza ganha atribuição social e o seu valor é dado enquanto recurso.

As ciências sociais constituída pela sociologia, a ciência política ou a antropologia, apostaram no mito do excepcionalismo humano (Tsing, 2019), perderam de vista a possibilidade de lidar com as agências dos não humanos, ao mesmo tempo, negligenciaram o conhecimento empírico dos humanos não europeus, não brancos. As ciências sociais, em diálogo com as demais disciplinas, podem trabalhar contribuindo para esse estudo. Além disso, as disciplinas das ciências sociais e humanas têm procurado formas de romper com a dicotomia natureza-sociedade

De acordo com José Augusto Pádua, nos dias de hoje, a história ambiental é um campo diverso e que busca estudar a relação entre o sistema social e o natural. A história ambiental dialoga com a discussão acerca da crise climática iniciada por movimentos ambientalistas da década de 1970. Neste sentido, as ciências sociais devem levar em consideração as sociedades humanas, sem perder de vista a historicidade dos sistemas naturais. Trata-se de articular uma abordagem que possa dar conta da interação do social com o ambiental (Pádua, 2010).

Anna Tsing, por exemplo, trata de paisagens multiespécies no contexto do Antropoceno. Seu trabalho critica a permanência do excepcionalismo humano nas ciências sociais, em particular na antropologia. Ao seguir o caminho dos fungos, a autora formula conceitos importantes como: “relações multiespécies” (Tsing, 2019, p.99). Para a autora a “biologia substantivista” pode aumentar o campo de estudos dos antropólogos, ao incluir as relações multiespécies nos “mundos sociais e culturais que estudamos (..)” (Idem, p. 98)

Com o objetivo de se diferenciar das ciências naturais, a antropologia, segundo Tsing, teria se tornado conservadora ambientalmente. Ao apostar na excepcionalidade humana, negamos a importância das demais espécies para nossa sobrevivência na terra. A obra possui grandes contribuições para antropologia ao formular técnicas de descrição etnográfica no antropoceno, a partir dos conceitos de paisagem, assembleia e coordenação (Tsing, 2019, p.93). O conceito de paisagem, por exemplo, visa: “(...) descobrir como tornar paisagens animadas, protagonistas de nossas histórias” (Idem).

A discussão apresentada a seguir passa por temas relacionados ao desenvolvimento social (direito à cidade, justiça espacial e ambiental) e o papel das

comunidades locais para a conservação ambiental em meio ao Antropoceno. De início, o objetivo do trabalho é reconstituir os elementos que levaram à criação de áreas naturais protegidas no mundo e no Brasil.

Em suma, a ideia de áreas naturais protegidas visava proteger a "natureza selvagem" do crescimento da sociedade moderna. Sendo uma possibilidade de refúgio em meio a vida nas grandes cidades (Diegues, 2008). No caso do Rio de Janeiro, a formação do Parque Nacional da Tijuca e do Parque Estadual da Pedra Branca tornam a cidade um caso particular (Fernandez, 2011).

O primeiro capítulo visa abordar as ideias preservacionistas relevantes para a formação e gestão de áreas naturais protegidas, o experimento de Yellowstone, nos EUA, um marco nesse movimento. No Brasil, o caso do Parque Nacional da Tijuca representa uma experiência de reflorestamento ímpar, que serve como ponto de reflexão sobre a relação entre natureza e sociedade (Drummond, 1988). A partir do processo de reflorestamento da Floresta da Tijuca, é possível discutir conceitos como o de "paisagem" e questionar a separação entre natureza e cultura existente nos ideais conservacionistas. Levando em consideração que a criação do Parque Nacional da Tijuca foi resultado de uma ação antrópica, que teve como motivação a crise hídrica da cidade do Rio de Janeiro no século XIX (Idem).

Além da ação de reflorestamento foram construídas pontes, elevados, reservatórios que modificaram a paisagem da região. O ideal de um ambiente natural intocado, proposto pelos conservacionistas, ignora a própria constituição do parque. A noção de paisagem busca reconstituir o sentido cultural escondido na natureza, levando em consideração as intervenções antrópicas realizadas na região. Durante o reflorestamento da Floresta da Tijuca realizado por Manoel Major Gomes Archer, os indivíduos arbóreos foram plantados com 5 metros de distância uma das outras, foram utilizadas espécies de 16 famílias (Sales; Guedes-Bruni, 2018, p.68).

Em artigo Gabriel Sales e Rejan Guedes- Bruni pontuam que os indivíduos arbóreos plantados na Floresta da Tijuca possuíam distintas finalidades, dentre elas: construção civil, extração de óleos e alimentação, como no caso das jaqueiras (Sales; Guedes-Bruni, 2018, p.73). Dessa maneira, a forma como a Floresta da

Tijuca tem sido historicamente utilizada vai de encontro com a mentalidade conservacionista, pautada pelo mito moderno da natureza intocada, não reconhece os distintos usos que os humanos fizeram do espaço.

Ademais, o capítulo apresenta o surgimento de uma outra abordagem conservacionista, que reconhece a relevância das populações locais na defesa da natureza. No Brasil, a mobilização política dos movimentos indígenas em articulação com atores internacionais consegue promover um outro discurso para a conservação ambiental, que culmina na criação das reservas indígenas e nas reservas extrativistas (Almeida, 2009). Esta abordagem tem sido chamada de socioambientalismo, ou etnoconservação (Diegues, 2000).

O socioambientalismo ganha expressividade com a redemocratização, com a participação de movimentos ambientais e sociais na Amazônia. Com a movimentação de comunidades indígenas, grupos tradicionais como seringueiros e castanheiros, frente aos projetos de ocupação do Estado e da iniciativa privada. O termo socioambiental, portanto, é utilizado em distintos contextos, indo do campo da atuação política à pesquisa acadêmica (Sussekind, 2019).

Partindo desta discussão, o primeiro capítulo apresenta duas concepções que influenciam o debate sobre conservação ambiental. O modelo proposto pelas populações tradicionais e indígenas surge como uma alternativa aos parques nacionais. O debate, contudo, não se limita ao território amazônico e pode servir como base para a discussão no meio urbano. Ao propor a participação das comunidades locais nas políticas ambientais (Diegues, 2008; Carneiro da Cunha e Almeida, 2009).

No segundo capítulo, o trabalho discute a relação entre a Comunidade Vila Parque da Cidade e o Parque Natural Municipal da Cidade. Nesta parte trabalho, abordo um caso particular experienciado na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente no bairro da Gávea. Durante o capítulo trato de aspectos ligados à formação da comunidade e do parque. Os primeiros moradores da comunidade trabalhavam para a família Guinle que foi a última família a morar no casarão, onde hoje é o Museu da Cidade.

Além disso, analiso a relevância da Associação de Moradores da Vila Parque da Cidade para a busca de direitos sociais e ambientais da comunidade. No capítulo apresento a responsabilidade que ela possui de cuidar das questões caras aos moradores, como o de intermediar a relação entre moradores, instituições, políticos, animais etc.

A atuação da associação local pode ser utilizada para levantar algumas questões para o capítulo, dentre elas: quais associações são mobilizadas? com quais

atores? Assim como quais conexões são intermediadas pela associação, os projetos que ela movimenta e obras que trouxe durante a história da comunidade. Na oportunidade cito dois projetos recentes: o programa “Horta Carioca” e de reflorestamento.

Com base no trabalho desenvolvido pela associação de moradores, algumas questões podem ser colocadas. Como quais parceiros, instituições privadas/públicas, organismos estão se associando? Ao redor de quais temas? Esses temas mobilizam quais discursos e constituem as redes? Outras Atividades historicamente desenvolvidas pela associação de moradores serão descritas no capítulo. O trabalho de Leandro dos Santos, conhecido como “Urso” serve, neste caso, como base para reflexão acerca do papel das populações locais na conservação ambiental, dentro de um contexto urbano. Além disso, expõe um ponto de virada no que tange ao tema do ambientalismo, ao propor uma abordagem socioambiental.

Por fim, o capítulo 2 apresenta a história do Parque Natural Municipal da Cidade e refere-se à atuação do conservacionista brasileiro Ademar Coimbra Filho, a sua experiência na construção de um parque natural público, reflorestamento e reintrodução de espécies nativas. O Parque Natural Municipal da Cidade tornou-se uma unidade de proteção integral em 2008 (Rio de Janeiro, 2008) e consagrou os pressupostos conservacionistas pelo qual Coimbra Filho lutou (Gonçalves e Franco, 2022). Com isso, a legislação delimita a possibilidade de interação dos humanos com o ambiente: a pesquisa e o turismo. No entanto, a forma como os humanos se relacionam com o parque é heterogênea e não se restringe ao previsto no decreto municipal.

No terceiro capítulo, a dissertação desdobra as controvérsias socioambientais apresentadas no capítulo anterior. As questões decorrem da relação entre o regulamento vigente do Parque Natural Municipal da Cidade e a forma como ele é apropriado pelos seus frequentadores, em particular dos moradores da Vila Parque da Cidade, tendo em vista que, o Parque da Cidade adota um modelo de conservação ambiental, que regula a presença humana, limitando-a ao turismo, lazer e a pesquisa científica.

Algumas contradições podem ser apontadas com base no decreto vigente podemos citar: presença de animais domésticos, uso irregular da área pública, presença de espécies exóticas invasoras. As atividades são descritas como problemáticas, já que o Parque é uma unidade de conservação e vão de encontro à

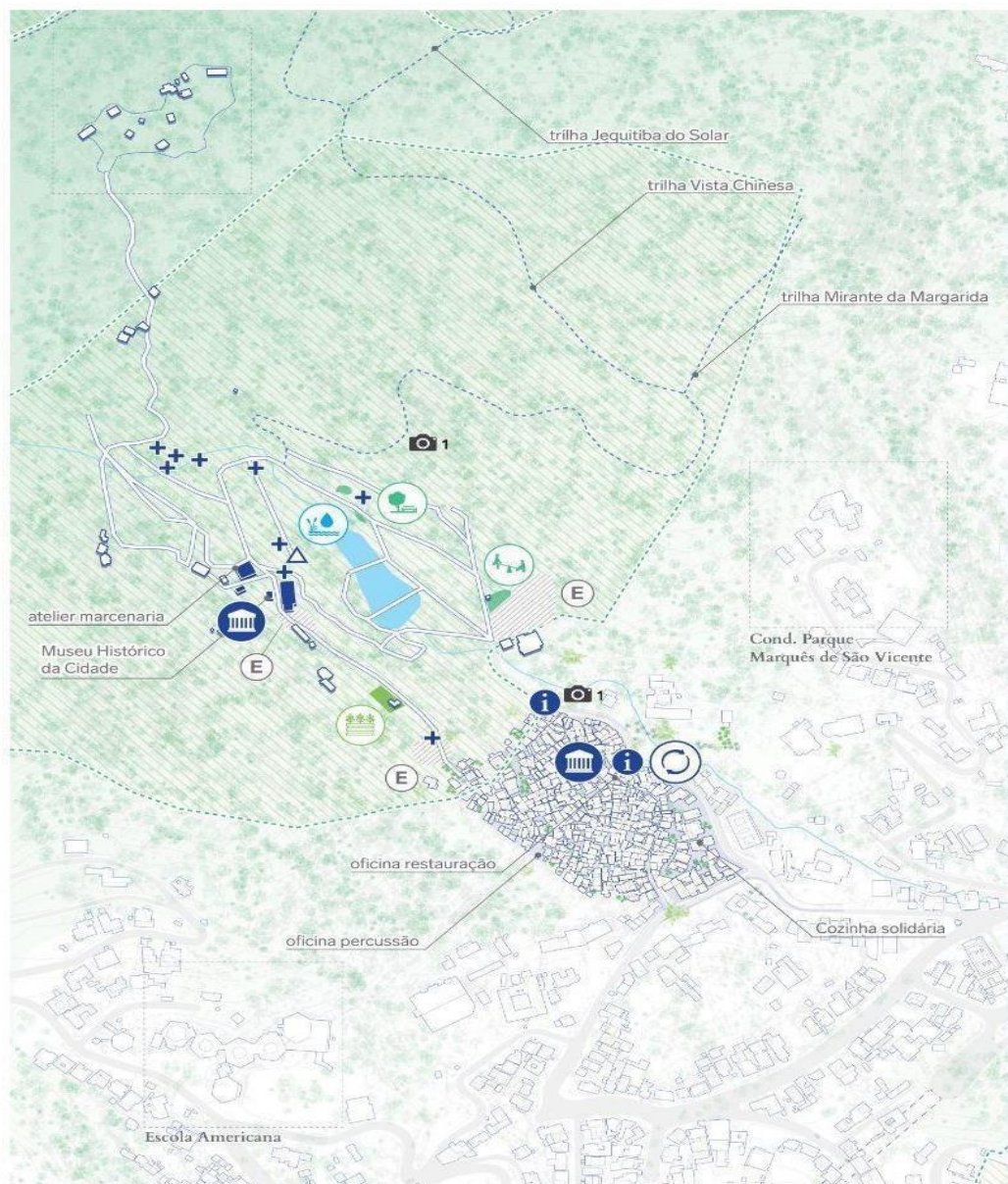
ideia conservacionista. Os impasses demonstram como a relação com a “natureza” não é homogênea.

Neste sentido, explorar as antinomias existentes na forma como os humanos interagem com os “não humanos” é fundamental ao trabalho, que almeja escapar a mera descrição da relação entre os humanos, onde o meio é tratado como “pano de fundo”. Sendo os não humanos as demais espécies de animais, plantas, que forma nossa relação multiespécie (Tsing, 2019). Ademais, também podemos considerar como não humanos, as criações tecnológicas que modificam nossa forma de interação com o mundo (Latour, 2005). Trata-se de adotar uma abordagem que não esvazie a possibilidade de agência dos não humanos. Ou seja, uma perspectiva que não priorize a ação humana em detrimento das demais agências.

O entendimento é de que os moradores da Vila Parque construíram relações com o Parque que extrapolam a perspectiva ambiental conservacionista, a partir de atividades que vão do lazer à religião, do bem-estar à subsistência. Em suma, o capítulo investiga as conexões estabelecidas entre os humanos e não humanos que circulam pelo território, e tem como objetivo compreender as associações entre ambos, a partir da ação dos moradores da Vila Parque da Cidade.

A criação de áreas naturais protegidas no Brasil

Figura 1 - Mapa "A Vila e o Parque"



Fonte: Exposição "Habitar o Mapa"

De acordo com o relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente(PNUMA) de 2020 houve um aumento da cobertura das áreas naturais protegidas pelo mundo. Os relatórios são divulgados anualmente e possui como um dos autores a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), ela é

uma organização criada em 1948, com o objetivo de fomentar projetos de conservação no mundo todo. Desde 2010 são 22 milhões de Km² de terra protegidos, na mesma década os governos se comprometeram a conservar 17% dos ecossistemas terrestres e aquáticos e 10% das águas costeiras e oceano. O relatório é o primeiro a trazer dados sobre “outras medidas efetivas de conservação baseadas em áreas” (OECMs), os dados dialogam com a meta 11 de Aichi que contempla distintas possibilidades de proteção da natureza. Segundo o trabalho, o objetivo das áreas naturais protegidas deve ser a conservação e, os OECMs devem resultar em produtos efetivos em prol da proteção da biodiversidade independente dos objetivos de manejo (PNUMA, 2020).

A recomendação do relatório é de que a gerência das áreas protegidas e das OECMs seja feita por “(...) governos, povos indígenas, comunidades locais, atores privados ou qualquer combinação destes” (PNUMA, 2020). Para acompanhar o aumento das áreas protegidas foi criado o Banco Mundial Sobre Outras Medidas Efetivas de Conservação Baseadas em Áreas (WD-OECM).

Segundo Antônio Carlos Diegues, nos anos de 1960 havia 2000 áreas protegidas no mundo. No ano da escrita de seu trabalho, em 2008 eram 105.000, o que representa 12% da cobertura terrestre, cerca de 20 milhões de km² estava dentro de algum tipo de unidade de conservação. O PNUMA na época propunha que 10% da superfície terrestre fosse transformada em unidade de conservação. Desse modo, houve um aumento da meta mundial da cobertura de áreas naturais protegidas e do número de áreas protegidas. Citando o artigo de Ghimire (1993), Diegues apresenta uma combinação de fatores que contribuíram para o aumento das áreas de conservação ambiental no mundo (Diegues, 2008).

Os motivos apontados pelo autor são baseados na perda da biodiversidade com o desmatamento das florestas, a criação de fundos internacionais para conservação e a possibilidade de geração de renda com o turismo nos parques (Idem, p.18). A delimitação de áreas naturais protegidas é uma estratégia adotada pela maioria dos países do “terceiro mundo” para a conservação da natureza. Essa estratégia de proteção de áreas naturais também tem sido utilizada por países do terceiro mundo como forma de garantir investimentos (Ibid.).

Ainda de acordo com Diegues, um marco no processo de delimitação de áreas naturais protegidas em escala global é a experiência norte-americana do Parque Nacional de Yellowstone em 1872. O modelo e a concepção adotada pelos

preservacionistas norte-americanos tinham o objetivo de conservar a beleza natural em seu estado “selvagem”, para a apreciação dos visitantes. A concepção de “wilderness” oriunda dos Estados Unidos almeja a proteção da natureza contra as ameaças da civilização urbano-industrial (Ibid., p. 25).

A ideia de Wilderness se baseia na conservação de uma natureza intocada, ausente da influência da civilização humana, uma exaltação do hipotético estado de natureza. Desse modo, o movimento para criação de parques nacionais articula uma concepção própria acerca da relação entre a sociedade e a natureza. A proposta naturalista de proteção da natureza surge como um “naturalismo reativo” à domesticação da natureza promovida pelo crescimento das cidades, o desenvolvimento da tecnologia e da sociedade de mercado. Dentro desta perspectiva a interação entre o humano e a natureza deveria ser de afastamento devido a sina destruidora do mundo civilizado. O contato humano com a natureza ficaria restrito a essas áreas onde a contemplaria (Ibid.).

Diegues sinaliza a construção de uma concepção da natureza e da relação que os humanos possuem com ela. O “mito moderno da natureza intocada” supõe áreas naturais sem a permanência humana, destinadas à reprodução de um estado selvagem (Ibid.). A idealização dessa natureza intocada dialoga, por sua vez, com uma determinada forma de interpretação do indivíduo-humano, com foco na tendência de grupos humanos de destruir o ambiente em que vivem, no intuito de maximizar seu bem-estar.

No caso de Yellowstone, nos Estados Unidos, a formação dos parques nacionais representou o apagamento da presença dos povos originários na paisagem. A perspectiva ambiental adotada pelos idealizadores do parque omitiu a contribuição que estes povos possuíam para a constituição da paisagem que encontraram. Ao buscar isolar os elementos naturais da influência que a cultura humana possui sobre ela.

Diegues mostra que a atuação dos “preservacionistas puros” como John Muir e Henry David Thoreau foi importante para a criação dos parques nacionais norte-americanos (Ibid., p.32). As áreas de conservação ambiental serviriam à crescente população urbana como um momento de prazer e contemplação da natureza, e os precursores do movimento conservacionista norte-americanos valorizavam o mundo selvagem, já que, este estaria isento da influência da civilização humana. Em Thoreau, as áreas naturais protegidas são tratadas como

espaços da psique humana, onde a mente humana pode encontrar um refúgio diante dos danos da vida urbana. O trabalho de Diegues é enfático em sinalizar como está em curso no movimento preservacionista a formação de um novo mito, onde o pensamento técnico racional se articula com o pensamento mítico e simbólico (Ibid.).

O ideal conservacionista que inspirou a formação de Parque Nacionais pelo mundo ao buscar uma natureza selvagem, anula a influência antrópica no ambiente. A criação do Parque de Yellowstone, por exemplo, citada por Diegues como um marco do movimento, não leva em consideração a contribuição dos povos originários para constituição dos ambientes onde eles se encontravam.

Segundo o autor, a natureza intocada é um mito moderno, que trata das representações caras ao conservacionismo ambiental, com uma abordagem biocêntrica da relação humano-natureza que rejeita a dominação da natureza com o argumento de que esta tem direitos idênticos aos humanos. Esta percepção da relação entre os humanos e natureza possui relação com a religião cristã e a ideia de um paraíso perdido (Ibid., p.17).

Em discussão com Edgar Morin (1986) (1991), Diegues argumenta que não existe uma progressão linear do estado mítico ao racional. Os antigos mitos não desaparecem, porém, criam outras articulações e resistem nos interstícios do mundo moderno racional. Neste sentido, o pensamento mitológico pode ser observado tanto nas áreas rurais quanto no meio urbano (Ibid., 17).

Ao mesmo tempo pode ser encontrado na abordagem mítica a ideia do paraíso perdido, da beleza primitiva da natureza ausente da interferência humana. A paisagem do mundo natural como uma espécie de fuga e acesso ao Éden, um lugar de paz e harmonia. Edgar Morin (1986) destaca o componente não racional do neomito é baseado em um “arquiespírito” que remete as: “(...) forças e formas originais, principais e fundamentais da atividade cérebro-espiritual (...)” (Ibid., p.62).

Dois pontos abordados por Diegues são relevantes à atual dissertação: o primeiro é como a construção do discurso da natureza intocada propõe uma forma particular de relação com ela. O segundo, diz respeito aos impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais oriundos da criação de parques. Levando em consideração que, a representação da natureza acumula elementos racionais e míticos.

O conceito de diversidade biológica, por exemplo, na maioria dos casos é restrito ao mundo natural. Contudo, a noção de diversidade biológica também acumula elementos culturais e sociais. O termo biodiversidade aparece como produto da própria natureza, sem qualquer influência humana, sendo que este é produto das sociedades humanas e estão imersas em suas culturas. Este é o caso das sociedades tradicionais não-industriais (Diegues, 2000, p.3).

Para Diegues, a existência de um mundo natural selvagem remonta ao mito do paraíso perdido, contudo, não há uma natureza em seu estado puro (Ibid.). A maioria dos trabalhos biomorfológicos, etnológicos são contundentes em pontuar que os humanos e seus ambientes compartilham de uma história em comum. Esta chave de pensamento será cara ao atual trabalho de dissertação que lida com a relação entre sociedade e natureza na região metropolitana do Rio de Janeiro, no intuito de compreender práticas conservacionistas e emergentes formas de gestão de áreas naturais.

Dentro de um molde canônico nas ciências sociais, os efeitos sociais são trabalhados separadamente dos ambientais. Os processos de migração forçada, falta de acesso à moradia e a infraestrutura básica são analisados separadamente do processo de degradação ambiental, perda da biodiversidade etc. De outra forma, seguindo a divisão moderna que é base da ciência ocidental um cientista social pode privilegiar o social em detrimento do ambiental, enquanto um cientista da natureza pode omitir os desdobramentos sociais (Latour, 2005).

Dentro deste debate, o conceito de paisagem pode ser utilizado para abordar a interação entre processos naturais e atividades que os humanos constroem com o ambiente, levando em consideração que o mito da natureza intocada não reconhece os aspectos culturais impressos no ambiente. A paisagem é resultado do acúmulo dos diferentes usos, aquilo que consideramos como “natural” pode em alguns casos ser fruto da ação humana. Um exemplo disso são os vestígios das carvoarias no Parque Nacional da Tijuca, assim como, das casas que existiam ali (Solorzano, 2019). A vegetação também pode ajudar a recontar o processo de transformação da paisagem, revelando o modo como as sociedades pretéritas utilizavam o espaço deixando vestígios sendo o último uso o de maior evidência (Idem). Dessa forma, aquilo que tratamos como uma “paisagem natural” pode ser resultado da agência humana, ficando escondido o trabalho contido nela (Sales; Guedes-Bruni, 2018).

No campo da ecologia histórica, a paisagem é um conceito utilizado para tratar do resultado de um trabalho coletivo dos povos que habitaram o território, sendo esta constituída tanto de processos ambientais quanto culturais. Ao invés de ser considerada um patrimônio estritamente natural, podem ser encontrados na paisagem elementos culturais. Como no caso das jaqueiras no Parque Nacional da Tijuca, por exemplo, são parte da ação humana e servem para compreender a formação da paisagem da Floresta da Tijuca (Solorzano, 2019).

No Brasil, o processo de recuperação da Floresta da Tijuca e criação do Parque Nacional da Tijuca no século XIX representa um marco para o ambientalismo do país. O Maciço da Tijuca corta as áreas norte e sul da cidade do Rio de Janeiro e possui relação com a sua formação histórica. A região historicamente foi utilizada para o cultivo de café, produção de carvão mineral, construção civil e moradia (Sales; Guedes-Bruni, 2018).

Além disso, o maciço da Tijuca era fundamental para o abastecimento de água, e diante da degradação que as atividades humanas causam ao ambiente, a cidade começou a sofrer com problemas de abastecimento. Ainda no século XIX, o governo nacional, por meio de leis e regulamentos, busca preservar a floresta, reflorestar as áreas devastadas para preservar rios e nascentes (Drummond, 1998). No caso brasileiro, para o reflorestamento da Floresta da Tijuca foi necessário desapropriar as residências que se encontravam dentro da área de atuação do projeto. Em todo caso, é notório como o uso que as sociedades pretéritas fizeram do espaço deixa vestígios na “paisagem”.

Dessa forma, ao buscar interpretar a paisagem enquanto um conjunto de signos é possível estudar os elementos escondidos nas matas (Besse, 2006). A paisagem pode ser compreendida como fruto das múltiplas relações das populações locais com o ambiente (Tsing, 2019). Ao tratar da natureza amazônica e das sociedades indígenas que a habitam, Eduardo Viveiros de Castro reconhece a presença humana na floresta como fundamental para a sua constituição como a conhecemos nos dias de hoje. Durante anos os povos amazônicos desenvolveram estratégias de convivência com o meio, com base no acúmulo de conhecimento dos seus antepassados, um “saber técnico sofisticado” e menos abrupto que a ruptura entre natureza e sociedade realizada nas áreas naturais protegidas (Viveiros de Castro, 1995, p. 25).

Para o antropólogo, a imagem que a “consciência urbana” parece carregar acerca dos povos indígenas é que estes estão em harmonia com a natureza. O discurso de “ecologização dos índios” não leva em consideração que a relação dos povos indígenas e a floresta possui elementos sociopolíticos (Idem). Mesmo entre os não leigos é comum a representação dos indígenas enquanto destituídos de uma práxis simbólica. De outra maneira, as sociedades indígenas são vistas como em total equilíbrio com a natureza e por isso são reguladas pela mesma, inclusive em aspectos de distribuição e atividade.

Karl Polanyi, por meio de casos etnográficos, como o clássico caso dos tropiandeses da Melanésia Ocidental busca pontuar a inexistência do homem *economicus* de Adam Smith e o da impossibilidade de existência de uma economia de mercado sem antes a criação de uma sociedade de mercado. A criação da sociedade moderna burguesa modificou a forma como os humanos se veem e se relacionam com o meio. Os exemplos etnográficos de Polanyi servem ao autor para a diferenciação entre a produção de lucro e a produção de uso demonstrando que existem outros modos de produção que não são necessariamente voltados para o mercado (Polanyi, 2000).

Karl Polanyi, mostra dois princípios presentes nas relações sociais econômicas das sociedades “primitivas”: redistribuição e reciprocidade. A redistribuição se realiza pela doação do excedente ao Chefe, para uso em festa e rituais e o princípio da reciprocidade garante que não falte aos indivíduos alimento.

O mundo moderno possui como perspectiva alguns paradigmas construídos com a noção do *homo economicus*, como observa Karl Polanyi, a noção do homem natural de Adam Smith, o “*homo economicus*”, entende o indivíduo como essencial barganhador agindo sempre pela maximização das oportunidades e na proteção de seus interesses (Polanyi, 2000).

O mesmo ponto é colocado por Viveiros de Castro, quando o autor afirma que a relação natureza e sociedade, no contexto da modernidade ocidental é organizada ao redor da produção, a natureza, portanto, fica subordinada aos interesses do “desígnio humano”. Em contraste com a perspectiva ameríndia que constroem uma relação com meio a partir do “paradigma da reciprocidade”, uma vez que lidam com trocas entre “humanos” e os demais seres do cosmo (Viveiros de Castro, 1995, p. 26).

O autor aponta que a troca pode ser “violenta e mortal” e é a todo o momento uma relação social. Em suma, Viveiros de Castro pontua que as ideologias modernas “para bem e para o mal” observam os indígenas como parte da natureza e isto pode servir para todos os humanos. Por outro lado, da perspectiva indígena a relação com o ambiente é uma relação social, já que esta é parte da sociedade (Viveiros de Castro, 1995).

Reconhecido como um dos principais intelectuais indígenas do Brasil na atualidade, Ailton Krenak questiona os pressupostos antropológicos da civilização ocidental, em particular a sua noção de “humanidade”, já que, para alguns povos o conceito contempla “pedras, as montanhas e os rios (Krenak, 2020, p. 77). Krenak é um ativista do movimento socioambiental, organizou a “Aliança dos Povos da Floresta” e, também fez parte da criação da “União das Nações Indígenas” (UNI). A atuação política foi crucial para o “capítulo dos índios” da constituição de 1988, onde foram reconhecidos os direitos indígenas (Brasil, 1988).

Segundo Pierre Clastres, do pensamento do ocidental e seu etnocentrismo, dois axiomas podem ser extraídos, o primeiro impõe um imperativo de que é preciso trabalhar, produzir, e o segundo entende que o progresso virá sob a proteção de um Estado. Para o antropólogo, o ímpeto previsto pelo *homo economicus* não se encontra nas sociedades indígenas da América do Sul, mas nem por isso pode se falar em tais sociedades sobre escassez, pelo contrário (Clastres, 2020).

Como apresenta Pierre Clastres, no contexto das “sociedades primitivas”, a procura pelo aumento do excedente, por meio do aumento das horas de trabalho, ou nova tecnologia não se materializa. De acordo com Polanyi este movimento de produção do excedente poderia resultar progressivamente na autonomia da dimensão econômica fundamentada por leis naturais e que transforma todas as coisas em mercadorias materiais ou em mercadorias fictícias (terra, dinheiro e trabalho).

A interação do indivíduo com a natureza é alienada, o resultado do seu trabalho não é mais seu. Se para os marxistas clássicos as mudanças nas relações de produção tiveram impacto nas relações de poder, para Clastres, o razoável seria propor o oposto. Antes de econômica se trata de uma relação de poder entre os que detém de força religiosa, militar e aqueles sujeitados a essa condição. De outro modo, como fazer o indivíduo produzir acima das suas necessidades, voltado para interesses exteriores (Clastres, 2020).

Para Karl Polanyi, a revolução industrial desarticulou as relações econômicas tradicionais, baseadas no feudalismo, mesmo no mercantilismo da terra e o trabalho ainda não tinha sido totalmente inserido na lógica da economia de mercado. O homem/ mulher se torna mão de obra, seu trabalho possui um salário e a terra um aluguel. Diante da impossibilidade da autonomia das relações econômicas dos interesses coletivos nas sociedades primitivas, a formação do Estado teria neste sentido base em uma ruptura política. Além disso, são consideradas sociedades como economia de subsistência no sentido de falta, dentro de um tom depreciativo, como se não tivessem a capacidade tecnológica para dominar a natureza e aumentar sua produção.

Ao argumentar que as sociedades indígenas são sociedades contra o Estado, Clastres sugere que estas funcionam contra a formação de uma unidade política. Apesar das sociedades indígenas serem capazes de produzir excedente, isto não a conduz para uma sociedade de mercado e não a torna uma sociedade destrutiva à natureza. Enquanto os modernos separaram a natureza da sociedade, as sociedades indígenas lidam com o caráter social da relação entre ambos. Neste contexto, aquilo que em alguns casos é considerado como resquício “primitivo e/ou animista”, deve-se ao fato dessas culturas tratarem a relação entre natureza e sociedade como uma relação entre sujeitos (Viveiros de Castro, 1995).

A autonomia do mercado perante a sociedade passa pela transformação da terra em mercadoria. A transformação da terra em recursos dialoga com o corte realizado pelos modernos que esvaziou a possibilidade de agência da natureza, assim como, anulou sem componentes míticos. Nas culturas indígenas é inerente a concepção sociomórfica do cosmos, ou seja de que este possua agência. Dentro da perspectiva ameríndia, a natureza não só possui agência e intencionalidade. Neste cenário os humanos não são os únicos dotados de consciência, a natureza não é de modo algum passiva (Idem.).

O processo de demarcação de áreas naturais protegidas baseado na expulsão das populações locais muitas vezes se mostra autoritário, beneficiando somente as populações urbanizadas, o desenvolvimento das cidades e o capital. Além disso, pouco contribui na crítica acerca dos danos que a sociedade de mercado produz à natureza, ou no desenvolvimento de possibilidades de relação com o meio dentro de moldes não capitalistas. Com a criação de parques, o Estado se torna precursor

de uma perda de conhecimento, ou melhor “etnoconhecimento, etnociência” (Diegues, 2008, p.22).

Os governos muitas vezes não consideram os efeitos da expulsão para a vida da população local, prática que tem sido adotada por “países do terceiro mundo” e tem gerado questões sociais, culturais e econômicas às populações locais (Diegues, 2008 p. 15). Com base em estudos realizados na Tailândia, por exemplo, Ghimire (1993) sinaliza que famílias foram deslocadas e perderam a base de sua subsistência material e cultural.

Em outro contexto, Arturo Escobar trata das lutas étnico territoriais da América Latina enquanto ontologias políticas. O autor propõe que as comunidades indígenas e/ou camponesas, assim como os ativistas ambientais constituem uma vanguarda no que se refere à crise social e ecológica. As lutas étnico territoriais são “defesas de mundos”, para estes povos indígenas e não indígenas, e o afastamento da terra em que viveram seus antepassados possui um corte cultural, ou melhor, ontológico (Escobar, 2015).

A discussão sobre o papel dos povos locais na conservação também aparece em países como: Índia, Indonésia e Tailândia, quando os povos tradicionais desses países se articularam contra a derrubada da mata. No contexto brasileiro a discussão sobre a participação dos povos originários na proteção do ambiente ganha expressividade no final da década de 1980. Na época o aparecimento da atuação da aliança dos povos da floresta formada por indígenas, seringueiros, castanheiros articulavam resistência aos projetos promovidos pelo Estado Nacional e pela iniciativa privada. O envolvimento de ambientalistas e pesquisadores no movimento também foi importante para propor um tipo de preservação que interligue os ecossistemas ao modo de vida adotados pelos moradores de comunidades locais (Süssekind, 2019, p.2).

Segundo Mauro Almeida houve uma mudança de paradigma ao perceber que os povos da floresta existem “fora do espaço mais moderno”, no momento do surgimento das reservas extrativistas como, uma alternativa ao modelo do conservacionismo (Almeida, 2019, p. 129). A luta político-ambiental dos seringueiros e povo indígenas possibilitou a proteção da floresta, num episódio que serviu para modificar a ideia dominante do pobre rural como um fator crucial de degradação do ambiente, caça ilegal, queimadas, invasões etc. (Idem).

A perspectiva socioambiental influenciou a constituição de 1988, no que diz respeito às políticas indigenistas e às políticas de demarcação de área de proteção ambiental no Brasil. O movimento representou um “divisor de águas para ecologia no Brasil” (Süssekind, 2019, p.2). A tese de Henyo Barreto aponta como o lobby de figuras importantes da biologia brasileira foi importante para o aumento das áreas de conservação durante os anos da ditadura militar (Barreto, 2001).

Contudo, na redemocratização, a tendência se inverte e aumentam as “áreas de conservação de uso humano” como as Reservas Extrativistas e as Reservas de desenvolvimento sustentável que surgem como outras possibilidades aos modelos de conservação clássico dos Parques Nacionais e Reservas Ecológicas (Almeida, 2019). No Brasil, portanto, coexistem dois modelos de conservação ambiental. Na virada para os anos 2000 volta à cena a ideia do uso prioritariamente científico das áreas, assim como para uma forte tendência no Brasil e nos EUA do uso dos parques para o turismo (Almeida, 2019, p. 129).

Em entrevista, o antropólogo Mauro de Almeida comenta a fala do biólogo norte americano Daniel Curtis Nepstad durante seminário que assistiu nos EUA, onde este abordava o futuro da Amazônia (Almeida, 2019, p. 130). Em uma das projeções apresentadas pelo biólogo, sendo o código florestal respeitado, o modelo de conservação teria sucesso, enquanto nas áreas ocupadas por camponeses locais isso seria impossível, já que, eles acabariam com a floresta (Idem). Para Almeida, em regiões onde a degradação ambiental foi intensa como o caso da mata atlântica surgiu um ambientalismo bastante ativo dentro dessa linha argumentativa. A proteção da natureza só seria possível diante do afastamento de indígenas, caçaras da área protegida (Almeida, 2019).

Segundo Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida houve uma mudança no discurso utilizado para tratar do papel das populações tradicionais amazônicas. Até o final da década de 1970, de acordo com eles, as populações tradicionais eram consideradas um empecilho ao avanço do desenvolvimento. A virada decorre da associação entre conhecimentos tradicionais e conservação ambiental, de modo que, as populações tradicionais são colocadas como à “linha de frente da modernidade” (Carneiro da Cunha e Almeida, 2009, p.277).

Na perspectiva dos autores existem dois “mal-entendidos”, no que tange, às populações tradicionais e a conservação ambiental. O primeiro se relaciona com a reprodução do “mito do bom selvagem”, que cria a imagem de que as populações

amazônicas vivem em total harmonia com a natureza (Idem). O segundo mal-entendido aponta que a conexão entre conservação da biodiversidade e as populações locais foi feita por ONGs e ideologias estrangeiras.

Os autores mostram que a noção de populações tradicionais tem aparecido em distintos contextos e pode causar uma confusão conceitual. Buscar definir as populações tradicionais a partir do conceito de “tradição”, não faz sentido do ponto de vista antropológico. Por outro lado, se a definição for oriunda da relação ecologicamente sustentável que estas possuem com o meio, cairemos em uma redundância. Do ponto de vista do mundo do trabalho, também não é possível encontrar características que a definam. Nos textos acadêmicos e jurídicos as populações tradicionais são descritas com base em distintos aspectos (Carneiro da Cunha e Almeida, 2009, p. 278).

Neste sentido, os autores definem as populações tradicionais de acordo com características extensionistas, de outra forma, levando em consideração os elementos que constituem essas populações, com base nos atuais membros e nos candidatos a integrar a categoria. A abordagem visa dar conta do aparecimento de distintos sujeitos, assim como das práticas que são apropriadas para fazer parte da categoria. Os termos utilizados, nesse contexto, como “índios”, “indígenas”, “tribal”, “nativo”, “aborígene” e “negro” foram denominações estipuladas pela metrópole, em meio ao processo de colonização. Todos estes nomes são genéricos e artificiais, e os povos foram forçados a estar nessas categorias. Mas passaram a ressignificar preconceitos, transformando-os em formas de mobilização. Para Carneiro da Cunha e Mauro Almeida, esta “deportação para um território conceitual” teve um efeito contrário, resultando na ocupação e defesa do território (Carneiro da Cunha e Almeida, 2009, p.278)

A categoria de população tradicional é fruto da luta de seringueiros e castanheiros da Amazônia, mas também abrange os “coletores de Berbigão de Santa Catarina, o babaqueiro do sul do Maranhão e quilombolas do Tocantins” (Idem, p. 279). Os grupos citados apresentam uma história de baixo impacto ambiental e demonstram interesse em manter ou recuperar o controle do território. As populações locais estão dispostas a uma negociação: o controle do território em troca da prestação de serviços ambientais (Ibidem).

Na década de 1970, como mostram os autores, os “índios” eram tratados pelos governantes como um problema para o progresso do país. Militares e a direita

previam que com o avanço do desenvolvimento às populações indígenas iriam se dissolver. Do lado da esquerda o “fim do índio” era tido como parte do processo histórico em curso (Idem, p. 279). As macroexplicações criadas retiram a possibilidade da agência e da vontade humana. No mesmo contexto, a mobilização política de distintos atores brasileiros internacionais provocou uma outra abordagem para a questão indígena e a conservação ambiental (Ibid.).

A noção de população tradicional apesar de se inspirar no modelo das populações indígenas, não as abrange, sendo necessário tratá-las de maneira separada (Carneiro da Cunha e Almeida, 2009). Ao mesmo tempo, as conquistas legais oriundas da luta indígena influenciaram a busca das “populações despossuídas” a reivindicar seus direitos originários à terra. Em seu trabalho, Carneiro da Cunha e Almeida Mauro Almeida apresentam as particularidades da questão indígenas na legislação brasileira, segundo os autores, no final da década de 1970 as questões indígenas se tornam um tema do debate público nacional.

Nas constituições de 1934, 1937, 1946, 1967 e 1969 as terras indígenas eram de uso exclusivo das sociedades indígenas. As terras eram da União e não poderiam ser vendidas ou alienadas. O código civil de 1916 colocou os povos indígenas no mesmo grupo de indivíduos entre 16 e 21 anos, sendo “relativamente capazes” (Carneiro da Cunha e Almeida, 2009, p.280). Estes são considerados indivíduos ingênuos, e por isso suscetíveis a serem enganados. Dessa forma, possuíam proteção legal para as atividades comerciais. De outra forma, qualquer negócio feito por um indígena estará passível de anulação. Em 1978 é proposto o decreto da emancipação dos intitulados “índios aculturados”, segundo a proposta os indígenas receberiam títulos de propriedade individuais. Dentro desta medida a terra indígena poderia ser vendida.

Em um contexto de repressão político-social, o projeto da emancipação dos índios aculturados, formulada pelo governo militar, encontrou resistência política e embora tenha sido barrado, a sua base ideológica aparece de tempos em tempos. A campanha articulada contra a proposta é um ponto de virada importante para as lutas indígenas. Tendo sido fundada neste ambiente, a primeira organização indígena de nível nacional (Idem, p.281).

Os autores mostram que o papel das lutas indígenas teve seu momento chave na constituição de 1988, quando os direitos territoriais indígenas são denominados como originários. A categoria de originários passou a ligar a terra às populações

indígenas com base em sua relação histórica, ao invés de parâmetros como “estágio cultural ou de tutela” (Idem, p.283). O êxito das populações indígenas no contexto da redemocratização foi o reconhecimento dos seus direitos básicos. Esta mudança provocou a busca de outras populações, como seringueiros e quilombolas.

No Acre em 1977, a mobilização dos seringueiros em articulação com a Igreja Católica, buscou barrar a expansão da agropecuária no estado. Da luta dos seringueiros surgem dois personagens importantes: Chico Mendes (1944-1988) e Marina Silva. A tática utilizada pelo movimento foi baseada no “empate”, no sentido obstruir, atrasar e culminou na criação das reservas extrativistas (Ibid.).

De acordo com Diegues às populações tradicionais constroem relações de cunho comunitário onde a gestão do comum é parte relevante do seu fazer, subsistência, com base em redes de compadrio, ajuda mútua e parentesco. Esta configuração é crucial para a regulação do acesso aos recursos naturais. Em territórios ocupados por comunidades pouco densas e com alta dependência dos recursos naturais, as relações comunitárias estabelecidas pelos locais impedem ou dificultam o acesso a recursos naturais pelos estrangeiros, ou não comunitários. Para “fazer parte” da comunidade é preciso criar vínculo seja por: casamento, parentesco ou compadrio (Diegues, 2008 p. 68).

Neste sentido, as relações criadas com o ambiente formam mecanismos comunitários que limitam a degradação do ambiente. Isto para Diegues é o processo contrário proposto na “Tragédia dos Comuns”, sustentada pela lógica do *homo economicus* (Hardin, apud Diegues, 2008). As populações tradicionais buscam outras formas de relação e gestão do comum, ao fazer isso detém experiências particulares de preservação do ambiente.

As controvérsias socioambientais também podem ser observadas no contexto urbano. Este trabalho visa discutir a preservação ambiental no Rio de Janeiro, em particular no Parque da Cidade, a partir da relação entre moradores da Comunidade Vila Parque da Cidade e o Parque Natural Municipal da Cidade. Entende-se que o debate entre as populações locais e a preservação de áreas verdes não possui um consenso. Enquanto a gestão do parque almeja, com base nas diretrizes legais regular o uso que moradores e frequentadores do espaço criam com o mesmo, os “humanos” articulam formas particulares e por vezes avessas às propostas. Para compreender a relação entre ambos, o trabalho reconstitui a formação histórico social de ambos.

Caro neste trabalho observar que o modelo conservacionista convive com o modelo socioambiental em diferentes modalidades no Brasil, com diferentes estatutos - pode citar algumas: Parques Nacionais, Reservas Ecológicas, de um lado, e do outro, reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável (Almeida, 2019, p.129).

Maria Tereza Jorge Pádua contextualiza a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) define a unidade de conservação (UC) no Brasil. O SMUC surgiu nos anos 1970 com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a organização não governamental Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. A atuação de ambos gerou o “Plano dos Sistema de Unidades de Conservação do Brasil” em 1979”. (Pádua, 2011. p.23)

A atual lei do SNUC (2000) organiza as unidades de conservação em dois grupos: Unidade de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável (Idem, p.25). O SMUC é gerido pelos três níveis da federação e por particulares estão inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Segundo site do “Painel Unidades de Conservação Brasileiras” são 2659 UC 's¹.

Na cidade do Rio de Janeiro podemos encontrar exemplos de unidades de conservação integral como os parques naturais, que muitas vezes estão em um contexto urbano. O modelo dos Parques Naturais Municipais está, portanto, dentro de um sistema integrado de unidades de conservação. No Rio de Janeiro, o Parque Nacional da Tijuca (PNT) possui como vizinho o Parque Estadual da Pedra Branca que é significamente maior (Fernandez, 2012).

O maciço da Tijuca foi durante muito tempo ocupado para o plantio do café e, a partir de 1861 passou por um processo de reflorestamento até se tornar Parque Nacional em 1961. Dentre os motivos que levaram ao reflorestamento do maciço da Tijuca estavam a crise hídrica da cidade e a tentativa de racionalizar o uso dos recursos naturais disponíveis (Fernandez, 2012).

A perspectiva conservacionista trazida do contexto internacional buscava formular uma política ambiental nacional. Neste contexto, o Rio de Janeiro, enquanto capital do país, foi fortemente influenciado por essa mentalidade que

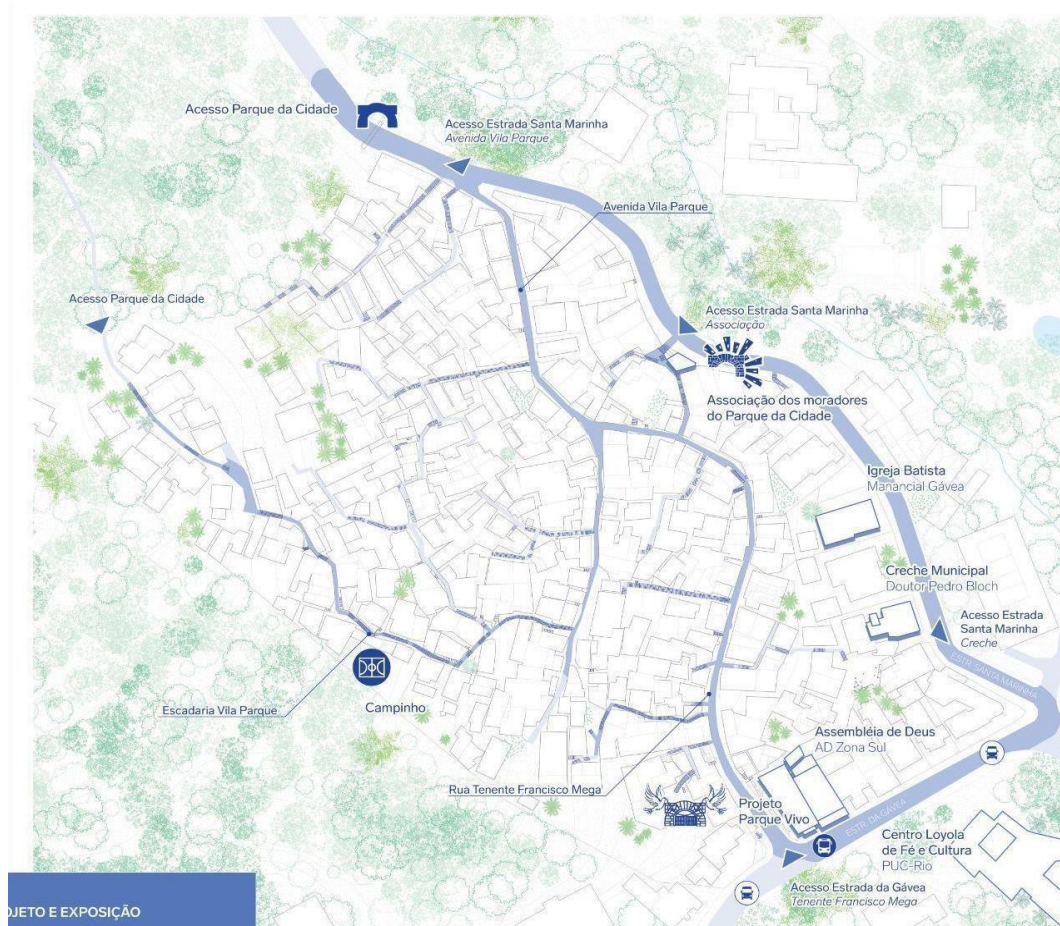
¹ Painel Unidades Conservação Brasileiras.
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibGNmMGY3NGMtNWZlOC00ZmRmLWExZWItNTNiNDhkZDg0MmY4IiwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTMzZThmM2M1NTBInyJ9&pageName=ReportSection0a112a2a9e0cf52a827>. Acesso em 20/08/23.

buscava romper com as práticas coloniais consideradas “predatórias” ao ambiente (Pádua, 2002, p.14). As práticas implementadas interviram no processo de ocupação e crescimento da cidade, baseadas na racionalidade e na ciência as iniciativas revelam uma disputa simbólica acerca do modelo apropriado de relação entre a sociedade e a natureza (Fernandez, 2012)

A Floresta da Tijuca surge, portanto, dentro de um contexto político de crise hídrica, a paisagem foi modificada com o objetivo de abastecer a capital após anos de cultivo do café. Aos poucos a floresta ganhou a vocação pretendida pelos valores conservacionistas de espaço público voltado ao lazer e contemplação da natureza “intocada” para a população carioca, em particular para sua elite (Idem). Neste sentido, o próximo capítulo aborda a relação entre a Comunidade da Vila Parque da Cidade e o Parque Natural Municipal da Cidade. O Parque Municipal está localizado dentro do Parque Nacional, na região chamada de Serra Carioca, há uma sobreposição das duas unidades de conservação integral.

A Comunidade Vila Parque da Cidade e o seu parque natural

Figura 2 - Mapa Vila Parque



Fonte: Exposição “Habitar o Mapa”.

A Vila Parque da Cidade é uma comunidade localizada no Alto Gávea, abriga pessoas de diferentes partes da região metropolitana do Rio de Janeiro, Grande Rio e Baixada. Do Brasil podemos citar a vinda de pessoas oriundas de São Paulo, Espírito Santo, de Minas Gerais e um expressivo número de nordestinos. Em pesquisa feita por Antonio Carlos Alkmin, com 100 famílias da comunidade, pode-se observar a diversidade regional étnica do local (Alkmin et al. 2011).

Os moradores da localidade possuem uma relação de vizinhança histórica com o Parque Natural Municipal da Cidade, já que, muitos funcionários do parque eram moradores da comunidade. A proximidade com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) faz com que parcela significativa de

trabalhadores e universitários morem de maneira integral ou parcial na Vila Parque da Cidade.

A comunidade também é marcada pela diversidade religiosa, como mostra o filme “Santo Forte” (1999), de Eduardo Coutinho, que aborda a religiosidade dos moradores da localidade, onde existe o terreiro de umbanda da Mãe Heloísa d’Oxum. Dona Heloísa, como costuma ser chamada, é uma figura importante na comunidade. Ela possui algumas propriedades na região e sua família foi uma das primeiras a morar na localidade. E é feita no santo há 47 anos e está a 27 anos à frente do centro que foi herdado de seus pais. O terreiro possui o nome de “Umbanda da Paz de Caboclo Junco Verde” começou em uma laje depois que ela, sob orientação do seu guia de frente, o Caboclo Junco Verde adquiriu um terreno no alto da favela. Durante as atividades desenvolvidas no terreiro o som dos atabaques pode ser escutado por toda a comunidade. Além disso, há a presença de católicos, protestantes e espíritas na localidade, sendo a diversidade religiosa uma marca da região.

De 2018 a 2023 morei na localidade, enquanto cursava minha graduação na PUC-Rio. Neste período também participei da pesquisa “Bairro Fraterno” realizada em 2022 e financiada pelo Instituto Francisco. O instituto foi fundado em 2021 por católicos progressistas e a pesquisa tinha como objetivo trabalhar o tema da fraternidade no bairro da Gávea, em particular na Comunidade Vila Parque da

Cidade. A partir dos dados obtidos o instituto buscou trabalhar as principais demandas dos moradores. As reuniões da pesquisa eram realizadas no Centro Inácio de Loyola e na Associação de Moradores da comunidade. A investigação de base quantitativa entrevistou 503 pessoas e fui um dos censitários. Durante os 5 anos em que estive na comunidade, fui uma dessas pessoas que viu no local uma possibilidade de moradia acessível e próxima ao estudo/trabalho. A oportunidade de conhecer de perto a realidade da Vila Parque gerou material de pesquisa, que é uma base importante para a dissertação. Desse modo, tanto as experiências pessoais quanto dados da pesquisa que participei foram aproveitadas no decorrer do trabalho.

No mesmo ano, em 2022, entrei como bolsista no projeto “Infracidades” ligado ao Instituto Tecgraf da PUC-Rio também com o objetivo de estudar a comunidade. O grupo de pesquisa desenvolveu estudos de campo na comunidade do Horto Florestal, no Jardim Botânico e na Comunidade da Vila Parque da Cidade. As localidades compartilham uma história comum, no que diz respeito, às moradias

populares, sua relação com áreas verdes e luta por justiça socioambiental. Apesar de morar na comunidade e apreciar a proximidade que os moradores podiam desfrutar com a natureza, beleza natural e bem-estar, o tema não era pra mim até aquele momento objeto de uma pesquisa estruturada. As possibilidades de pesquisar o local surgiram a partir de 2022 e geraram uma mudança na minha posição de morador para morador-pesquisador.

Como era morador da comunidade há algum tempo, fiquei no grupo de estudantes responsáveis por estudá-la, com a diferença de que eu estava em campo a todo momento. A pesquisa desenvolvida no projeto é de base qualitativa, sendo que meus colegas e eu realizamos entrevistas com alguns moradores da comunidade. Por estar vivendo no local da pesquisa, tive alguns desafios como a dificuldades em desnaturalizar a experiência vivenciada no campo, e a dificuldade de estabelecer, algum grau de estranhamento para salientar as particularidades encontradas.

Ao mesmo tempo, eu tinha acesso a dinâmicas internas e informações que somente alguém que morava ali poderia possuir, ligadas ao funcionamento da associação de moradores, ao contato com moradores de referência na comunidade, à participação em eventos como - festa junina, dia das crianças, jogos do flamengo etc. Apesar da comunidade possuir torcedores de diferentes times de futebol do Rio de Janeiro e do Brasil, a torcida do Flamengo é a única que possui uma organizada: a *Inflamáveis*. A torcida organizada da Vila Parque da Cidade surge em 2016, a partir de moradores que iam aos estádios acompanhar os jogos do time. Os moradores- torcedores formam então uma banda, passam a se reunir na localidade e a se organizar para assistir aos jogos no Maracanã.

Quando decidem assistir aos jogos na Vila costumam assistir no salão de festa da associação, na Estrada Santa Marinha e mais raramente no campinho que fica na parte alta do morro. Os encontros para acompanhar os jogos movimentam a região, em particular em dias de jogos importantes. Muitos moradores, flamenguistas ou não, participam do momento.

Durante os jogos, a torcida movimenta entre 20 e 100 pessoas, dependendo do grau de relevância da partida. O presidente da torcida Inflamáveis, Bruno Monteiro também participa da atual gestão da associação de moradores e é uma figura importante na comunidade. Durante a pandemia do COVID-19, a torcida

participou da arrecadação de alimentos para distribuição entre os moradores da região. Além disso, Bruno e sua família moraram na Vila a sua vida inteira.

O objetivo empírico como pesquisador era o de conhecer a história dos moradores da região, o processo de ocupação, utilização dos recursos naturais e a relação dos moradores com a natureza. Mas como mencionado, por ter morado por alguns anos no local antes do início da pesquisa algumas coisas estavam naturalizadas para mim.

A proximidade da comunidade com o Parque Natural era algo que sempre me chamava a atenção. Assim como, a relação que alguns moradores possuíam com os animais silvestres, em particular os macacos prego, que entrava em suas casas, ou com outros animais silvestres como - jiboias, gambás, ouriços e tamanduás-mirins. O hábito de ir caminhar no parque, tomar banho de cachoeira ou no “cano”, foram práticas que também fui incorporando na minha estadia. Essa diferença era perceptível para mim, enquanto morador da zona oeste do Rio de Janeiro, do “velho oeste” carioca, Campo Grande, lugar onde o crescimento imobiliário reduziu as áreas verdes. O processo de urbanização da Zona Oeste tem impacto no microclima da região e na relação que os moradores possuem com a natureza.

Desse modo, a minha posição enquanto morador-pesquisador- facilitou a minha entrada no campo, ao mesmo tempo em que trouxe outras questões para a pesquisa. Tive facilidade de achar moradores que julgava relevantes para a pesquisa, mas também pude perceber uma certa fadiga dos moradores com relação às pesquisas acadêmicas na localidade, em particular no trabalho como censitário, durante a pesquisa do Bairro Fraterno, que eu também tinha participado. Em paralelo com o trabalho de campo, a atual pesquisa buscou conhecer outras referências sobre o local. Foram encontrados trabalhos de acadêmicos de distintos modelos: monografia, projetos de pesquisa, dissertações e teses. No levantamento bibliográfico trabalhei com 4 trabalhos acadêmicos, sendo 3 dissertações e 1 uma monografia das áreas de ciências sociais, antropologia, geografia e arquitetura.

As comunidades do Horto Florestal e da Vila Parque da Cidade são comunidades populares que estão inseridas em regiões da cidade do Rio de Janeiro habitadas principalmente pela elite econômica. Elas possuem histórias similares, mas que tiveram contornos distintos. Enquanto a comunidade do Horto Florestal passa atualmente por ações de reintegração de posse, a Vila Parque da Cidade consegue permanecer no território.

No caso da Comunidade do Horto Florestal o terreno pertence à União e sofre desde a década de 1980 com tentativas de remoção movidas pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, sendo algumas famílias já removidas. A relação dos moradores do local é antiga e dialoga com a formação histórica, cultural e ambiental da região, assim como, a criação do Jardim Botânico e o período de industrialização do início do século XX.

A Comunidade do Horto foi formada principalmente por trabalhadores (as) do Jardim Botânico e das fábricas instaladas nesta parte da cidade. A chegada das fábricas levou à construção das chamadas “Vilas Operárias” que buscavam manter o trabalhador em área próxima ao trabalho. Com a vinda da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, a área é impactada pela chegada da Fábrica de Pólvora e construção do Real Horto, atual Jardim Botânico. A Comunidade do Horto Florestal se estabeleceu a partir da construção de casas para os trabalhadores do Jardim Botânico em diferentes períodos.

Segundo Virgínia Totti Guimarães e Paula Máximo existem 621 famílias distribuídas em onze regiões: Grotão, Morro das Margaridas, Caxinguelê, Chácara do Algodão, Hortão, Clube dos Macacos, Dona Castorina, Vila São Jorge, Pacheco Leão, Solar da Imperatriz e Major Rubens Vaz (Guimarães e Máximo, 2019).

A Comunidade do Horto Florestal a partir da década de 1980 passa a ser vista como destrutiva ao ambiente local e são tratados como “invasores”. O pedido de reintegração de posse argumenta que para preservação ambiental do local é necessária a retirada da comunidade (Guimarães e Máximo, 2019).

Em oposição a esse argumento os moradores do Horto defendem o teor tradicional do seu habitar. A hipótese é trabalhada por Laura Olivieri de Souza em sua tese, mostrando como há uma intensa luta por direito à moradia, que tem como base a memória histórica dos moradores na região. Neste contexto, o argumento ambientalista movido contra os moradores, ignora que a paisagem do território dialoga com o habitar de uma população tradicional e desconsidera que a atual configuração do Horto é resultado da relação que os moradores e seus descendentes construíram com o lugar. Os moradores, por sua vez, articulam uma contranarrativa ao defender que esta interação não é de forma alguma destrutiva ao ambiente. Como demonstra a autora, os moradores desenvolveram conhecimentos empíricos tradicionais que não levam à degradação ambiental, mas ao contrário, à conservação (Souza, 2012).

Figura 3 - Notícia do "O Dia" sobre remoção das famílias do Horto



Fonte: Jornal "O Dia".

A história da comunidade Vila Parque da Cidade possui origem parecida, mas com outro desdobramento por não sofrer da mesma tentativa de retirada dos moradores da região. A comunidade também é vizinha a uma área verde, o Parque Natural Municipal da Cidade, assim como, no caso do Horto, a existência da comunidade do Alto Gávea também é parte do processo de ocupação do Vale da Gávea, da criação de seus parques, jardins, ruas etc.

A região onde hoje ambas as comunidades estão inseridas era chamada, nas primeiras décadas do século XIX, de Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas. No período do Brasil-Colônia, a região do Vale da Gávea foi utilizada para o regime de *plantation* de cana-de-açúcar. Durante o império, o maciço da Tijuca foi tomado com plantações de café até o problema da falta de água se agravar. No final do século XIX, a chegada das fábricas modificou novamente a paisagem do território (Barata e Gaspar, 2015).

A ocupação humana da região está ligada à formação da cidade do Rio de Janeiro e passa por diferentes processos. A história da Vila Parque da Cidade origina-se com os moradores que passaram pela antiga propriedade rural e pelo casarão, e por conseguinte, com o surgimento do Parque da Cidade e o no Museu

Histórico da Cidade. A história do casarão sNo casarão onde fica o museu também moraram D. Catarina de Sena, o Marquês de São Vicente e o autointitulado Conde de Santa Marinha (Barata e Gaspar, 2015).

Os primeiros moradores da Vila Parque eram funcionários da última família a morar no casarão, a família Guinle: 16 funcionários e moradores que construíram residências próximas à casa dos Guinle (Potências locais: Cartografias e Reconhecimento e Ação, 2021). A família Guinle cedeu em 1939 a propriedade para a então prefeitura do Distrito Federal, sendo criado em 1941, o Parque da Cidade, também chamado de Parque da Gávea. Alguns moradores comentam que o processo de cessão do terreno foi devido a uma dívida da família Guinle com a prefeitura, enquanto a versão “oficial” parece ser que o terreno foi doado. Uma “segunda onda” de moradores se relaciona com esta transferência da propriedade para a gestão do Estado. A área deixa então de ser privada e ganha a finalidade de ser um parque público.

Neste sentido a origem da “comunidade”² chamada de Vila Parque da Cidade relaciona-se com a existência de seu vizinho, o Parque Natural Municipal da Cidade. Levando inclusive o seu nome “Parque”. Muitos de seus primeiros moradores eram funcionários do Parque Natural e moravam próximo do trabalho, trazidos para trabalhar no Parque porque possuíam conhecimento acerca da fauna e da flora, práticas de manejo e conservação.

O parque se estabelece no formato atual “Parque Natural Municipal” em 2008, de acordo com o Decreto Municipal:

(...) Considerando a importância do Parque da Cidade como área verde protegida, destinada ao lazer da população e à preservação de importantes fragmentos dos ecossistemas típicos da Cidade do Rio de Janeiro;
Considerando que sua área desempenha importante função de zona de amortecimento ao Parque Nacional da Tijuca e à área florestal do Jardim Botânico;
Considerando a importância histórica e paisagística da propriedade que, dentre outros, teve como proprietários Grandjean de Montigny, D. Catarina de Sena, Marquês de São Vicente e Família Guinle e se encontra tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC desde 1965;
Considerando o que determina a Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, e o Decreto Federal n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002, que institui e regulamenta, respectivamente, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;
Considerando, por fim, o Decreto Municipal n.º 22.662, de 19 de fevereiro de 2003, que dispõe sobre a renominação dos Parques Municipais considerados Unidades de Conservação; Art. 1.º Fica reconhecido e nominado o Parque Natural Municipal

²Parcela significativa dos moradores adotam o termo “comunidade” ao invés de favela. A discussão dos termos será aprofundada mais à frente.

da Cidade, com área de 470.219m², situado na Estrada Santa Marinha n.º 508, Bairro da Gávea, VI R.A., como Unidade de Conservação da Natureza em nível municipal, na categoria de proteção integral. (...) (Rio de Janeiro, 2008).

Outro momento relevante na história do parque e de seus moradores foi o trabalho de Augusto Ruschi (1915-1986) no começo dos anos de 1960, convidado pelo governador Carlos Lacerda para liderar o projeto de reintrodução de beija-flores no Parque Natural da Cidade. Ruschi foi reconhecido em 1994 como Patrono da Ecologia no Brasil e nasceu em Santa Teresa, região serrana do Espírito Santo e com ele vieram algumas famílias de uma colônia italiana da sua cidade natal, com a missão de criar um viveiro para reprodução de pássaros que seriam inseridos nas matas do Parque Natural. De acordo com relatos dos moradores, as famílias vindas para o projeto são os Angeli e os Pasolini.

O fato é narrado por Raimunda dos Santos Nascimento, “Dona Raimunda”, natural do Ceará. Ela possui 65 anos e é moradora da Vila Parque da Cidade há 46 anos. Na oportunidade que pudemos conversar ela me recebeu em sua casa junto com, Sr. João, seu marido. No intuito de conhecer a memória da Vila Parque comecei a colher depoimentos dos moradores mais antigos e de figuras atualmente relevantes para a comunidade. A oportunidade surgiu por dica de um amigo, também estudante da PUC-Rio, que reside na Vila Parque da Cidade, e cujo marido é filho de Raimunda e abriu um restaurante em homenagem à mãe na Estrada Santa Marinha. Anteriormente no local ficava o “Bar do Bené”, mas ficou um tempo fechado.

Quando conversei com Dona Raimunda, ela falou sobre moradores que trabalhavam no parque na época em que chegou na região:

D. Raimunda: (...) como o Cordeiro, como te falo. Ele era um dos fundadores bem dizer que ele mora lá dentro do Parque, lá em cima. Ali onde hoje tem uma horta comunitária, ele morava por ali, entendeu. Ele, o Denir que eram bem dizer os fundadores, mas tinham outras pessoas, conheci várias pessoas que já tinham mais de vinte anos que moravam aqui quando cheguei.

Caio: O Cordeiro trabalhava no Parque?

R: Trabalhava no Parque... Parques e Jardins como o Gurmencino, na época que teve deslizamento essas coisas, fizeram essas casinhas pros funcionários, do lado esquerdo quando a gente desce, não tem umas casas aqui?” (...)

[Eram] Funcionários do Parque, conheciam a parte de plantas medicinais, eles eram... uma parte era italiana, ainda mora as netas, o bisneto ainda mora ali, no portãozinho do Parque (Raimunda, 01/02/2023).

Segundo Silvana Silveira Gnaccarini, outro momento relevante para o crescimento demográfico da comunidade e para a sua composição atual foi o projeto político de remoção de favelas da zona sul da cidade promovido por Carlos Lacerda a partir da década de 1960 (Gnaccarini, 2013).

A “Comissão para Erradicação de Favelas” passa a intervir então com mais força sobre as moradias populares, em meio ao contexto autoritário e centralizador da ditadura militar, que favorece o processo de “desfavelização” das áreas centrais da cidade. De acordo com Raquel Rolnik em 1968 é criada a “Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio” (CHISAM) que em cinco anos removeu 62 favelas e transferiu 175.785 pessoas para outras áreas do Rio de Janeiro (Rolnik, 1989).

Dentre as favelas removidas estavam a da Catacumba que ficava na Lagoa e a da Praia do Pinto no Leblon. A primeira virou Parque Natural e a segunda serviu para impulsionar a expansão imobiliária. A opção de moradia dada pelo Estado para os moradores estava na Zona Oeste da cidade na Cidade de Deus, Vila Aliança e Campo Grande, em conjuntos habitacionais sem infraestrutura básica, social, como falta de saneamento básico, transporte público de qualidade e acesso à educação e saúde pública³. Isto impacta na distribuição étnico racial da cidade do Rio de Janeiro onde a presença de não brancos se concentra cada vez mais na periferia. Como mostra Rolnik, o projeto de erradicação das favelas feito durante o período da ditadura militar brasileira acabou embranquecendo a Zona Sul do Rio de Janeiro (Rolnik, 1989).

Apesar do projeto político ligado às remoções, algumas favelas conseguiram resistir a esse movimento, tais como a - Rocinha, Santa Marta e Vila Parque da Cidade. Diz-se que parcela dos moradores veio morar na Vila Parque da Cidade após essa onda de migração forçada das décadas de 1950 e 1960.

A Cruzada de São Sebastião é construída nesta mesma época do processo de erradicação das favelas da Zona Sul, a partir do papel de Dom Helder Câmara, sendo atualmente um conjunto habitacional de baixa renda em um dos metros quadrados mais caros do Brasil. A retirada das populações de baixa renda modifica a paisagem da cidade do Rio de Janeiro, em particular da Zona Sul, que se configura

³ Parte do desdobramento dessa política habitacional pode ser vista no filme “Cidade de Deus” (2004), baseado no livro de Paulo Lins de 1997.

como uma espécie de cartão postal da cidade. A presença dessas populações nas regiões mais valorizadas seria maior, caso o projeto não tivesse sido realizado.

No período de remoção entre final dos anos de 1960 e início dos anos 1970, também foram retirados a população residente no Parque Proletário da Gávea. O Parque Proletário havia sido construído na gestão do prefeito Henrique Dodsworth, em meio a ditadura Vargas e estava ligado às grandes reformas urbanísticas na cidade, ainda no “boom” fabril do Vale da Gávea.

O crescimento da comunidade Vila Parque da Cidade, de acordo com moradores, deu-se de dentro para fora, de cima para baixo, levando em consideração que as casas mais antigas não ficavam na beirada da rua, mas sim no interior da comunidade. A própria associação de moradores, no início, estava situada onde os moradores chamam de “escadão”, ou seja, dentro da Vila Parque da Cidade. D. Raimunda relata que as propriedades iam cada vez mais para perto da rua. Segundo ela:

Dona Raimunda: Era bem pacato, já estava crescendo muito, porque como eu já te falei, antigamente não entravam pessoas desconhecidas aqui, era parente de alguém. Muito parente de alguém para vir morar aqui, eles não queriam botar ninguém desconhecido aqui dentro. Aí de 80 para cá começou. O pessoal vendia pra um e qualquer chegava. Vendia e saia iam embora, daí começou a crescer. Do lado para cima, mais para cima, porque aqui realmente é meio pequeno (...). Tem o limite do muro lá no outro canto também, né. Aqui as construções só puxam para cima (...).
Só para cima, porque a pessoa às vezes tinha... “vamo” dizer um barraquinho aqui em cima, a gente cresceu para a frente. Dona Heloísa também cresceu para frente, Sr. João também cresceu para frente. São meus dois vizinhos daqui do meio (Comunicação pessoal em, 01/02/2023).

Além de perceber como foi o crescimento da comunidade no território, é possível destacar na fala de Dona Raimunda como o acesso à propriedade na região passava pelo conhecimento daqueles que já residiam na região. Trata-se de uma forma encontrada pelos moradores mais antigos de controlar a entrada de novos moradores, e por conseguinte, do próprio crescimento da comunidade. O ponto será aprofundado mais adiante, já que, este é um mecanismo de distribuição do território e de seus recursos naturais em moldes comunitários.

Com o passar do tempo, alguns moradores passaram a construir suas casas mais próximas às vias principais: Estrada Santa Marinha, Estrada da Gávea e Rua Tenente Francisco Mega. Devido à melhor acessibilidade, as propriedades neste

ponto da comunidade são as mais valorizadas e um aluguel de apartamento com dois quartos pode chegar a 2.500 reais⁴.

Neste sentido, embora a Zona Sul do Rio de Janeiro tenha sofrido um intenso processo de migração forçada da classe trabalhadora que ocupava a região, os moradores da Vila Parque da Cidade encontraram condições para sua reprodução do local. A relação que os moradores da comunidade desenvolveram com o território foi importante para a permanência. Na história dos moradores e da sua organização em prol da subsistência, o trabalho desempenhado pela associação de moradores e a sua relação com o Parque Natural Municipal são fundamentais.

3.1

A Associação de Moradores do Parque da Cidade

A Associação dos Moradores do Parque da Cidade (AMPC) trabalha em interlocução com distintos atores, tais como: a gestão do PNMC do Museu da Cidade, COMLURB, Águas do Rio, Light, Correios, Prefeitura, Governo do Estado, entre outros. Atualmente, a associação está localizada na Estrada Santa Marinha, uma das principais vias de acesso à comunidade e a única via de acesso por carro ao Parque Natural Municipal da Cidade.

A associação de moradores fica em um prédio de cor verde com 3 pavimentos. No térreo, funciona um restaurante e, no segundo andar existe um ateliê cedido a um artista plástico argentino, chamado Pablo Anibal Romero Cardozo. Atualmente ele é responsável por cuidar do Cristo Redentor e não reside mais na comunidade. Contudo, durante anos o espaço foi cedido a ele para que desenvolvesse atividades de restauração de obras artísticas, em praças públicas e/ou espaços privados. O projeto liderado por Pablo ajudava moradores da comunidade que buscavam emprego e renda. Ao lado do ateliê de Pablo, ainda no segundo andar, existe uma enorme sala usada como depósito, onde a associação guarda mesas, móveis, cadeiras etc.

No terceiro andar, a associação de moradores funciona com serviços de correio e consultoria jurídica. Parcela expressiva dos moradores retira as encomendas que chegam via correio na associação, por isso ela é responsável por

⁴ Valor informado após conversa com proprietário de imóvel.

receber, separar, armazenar e entregar os envios. A associação também emite comprovante de declaração de renda, que muitos moradores não possuem. Pode-se encontrar um local no andar para arrecadação de tampinhas plásticas, preservativos e fotos antigas da comunidade em um mural nas paredes.

Figura 4 - Estrada Santa Marinha, ao fundo a Associação de Moradores



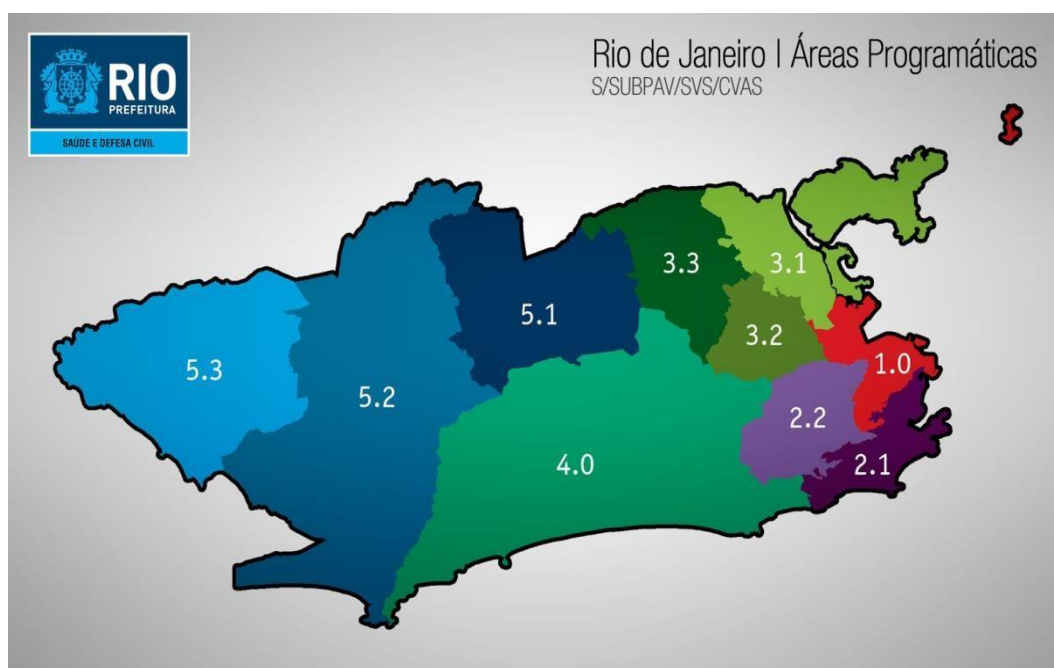
Fonte: Suzane Sabbag.

Segundo o presidente da associação, Waldir Cavalcante, a organização institucional dos residentes possui CNPJ desde 1965 e desde o início é responsável por lidar com questões caras aos moradores como intermediar a relação entre moradores, instituições, políticos, animais etc. Contudo, a atuação organizada dos moradores pode ter começado em décadas anteriores. Ademais, na oportunidade Waldir disse que a localidade era chamada de “Biquinha”, devido a uma bica que fornecia água para moradores da Vila e até da Rocinha.

A associação de moradores também cuida da questão fundiária, como a compra e venda de imóveis, além de buscar projetos e parcerias para a localidade. Atua para o desenvolvimento social, ambiental, educacional e de infraestrutura (transporte, saneamento e abastecimento de água). O papel da associação de moradores é fundamental para a defesa da moradia e qualidade de vida dos moradores. A Comunidade da Vila Parque da Cidade está inserida na área programática 2.1, uma forma de divisão administrativa adotada pela Secretária de Saúde da cidade do Rio de Janeiro. As áreas programáticas (APs) organizam a cidade em regiões com base nas especificidades históricas e levando em consideração aspectos econômicos, mobilidade, saúde, educação, entre outros (PMS-RJ, 2013).

Os moradores quando necessitam do serviço público de saúde são atendidos pela Centro Municipal de Saúde Píndaro de Carvalho Rodrigues. A Clínica está localizada ao lado do conjunto habitacional, conhecido como “Minhocão”. A associação em parceria com a clínica realiza esporadicamente agendamentos de consultas com especialista na própria comunidade, no último andar da sede associação. A Clínica da Família também mantém um grupo de médicos e agentes de saúde que com base na lógica de redução de danos buscam tratar os usuários de drogas da comunidade. A reunião acontece às quintas na parte da manhã e a metodologia utilizada é a conversa em roda. O espaço utilizado é cedido pela associação de moradores e é um lugar onde os participantes relatam sua relação com a droga seja ela lícita ou não.

Figura 5 - Áreas Programáticas do Município do Rio de Janeiro



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro.

No que se refere à trajetória histórica da associação, Dona Eleutéria também é chamada de Dona Lia e Sr. Braulino Silva são apontados como pessoas importantes que conseguiram resultados relevantes para a comunidade. Dona Lia foi a presidente durante a época do Governo de Leonel Brizola no Rio, na década de 1980. Em oposição à política de remoção promovida desde Carlos Lacerda, e intensificada na ditadura militar, a política habitacional adotada por Brizola visava facilitar o acesso à propriedade com o programa “Cada família um lote”. A política habitacional do Governo Brizola (1983-1986) - o Programa Cada Família, um lote-entregou 13.604 títulos de propriedade em 15 favelas que participaram do programa (Compans, 2003, p. 46).

A atuação de Dona Lia gerou a regularização de 360 lotes para a Vila Parque, Dona Raimunda conta que, Dona Lia a auxiliou no processo de legalização da obra e do lote onde mora. Durante a conversa com Dona Raimunda, ela contou que alguns moradores denunciavam novas construções na Vila e a fiscalização aparecia, por isso a documentação era importante. Dona Raimunda foi denunciada pelos seus vizinhos quando começou a fazer obras em seu terreno, mas os documentos estavam em dia. Na maioria das vezes que a fiscalização ocorria era devido às denúncias, já que, ela não era feita intensivamente. Enquanto presidente

da associação de moradores, além de ajudar com questões fundiárias, Dona Lia também conseguiu trazer melhorias para a infraestrutura, a partir da prática de mutirões, os moradores se organizaram para tampar as valas abertas, realizar reparos nas escadas e instalação de corrimões nos escadões. A conquista do título de propriedade por parte dos moradores, impediu que a Comunidade Vila Parque fosse removida.

Neste período, a comunidade também recebeu importantes obras de infraestrutura, a partir da associação dos moradores, em articulação política com o Deputado Luiz Alfredo Salomão na época do Partido Democrático Trabalhista (PDT), foram realizadas obras de saneamento e abastecimento do local. As obras beneficiaram toda a comunidade, sendo que anteriormente, os moradores mais antigos retiravam água direto do Parque. Dona Raimunda também relata a existência dessa canalização por conta própria, feita pelos moradores da parte de cima da Vila Parque da Cidade que era da “fonte”.

Tudo, água e esgoto foi colocado nessa época água e esgoto pra todo mundo. Já existia alguns puxavam por conta própria que vinha lá de dentro dessa ligação própria, de dentro do Parque, lá da fonte, mas lá pra cima não essa daqui. Que essa daqui no meio do Parque quase na entrada, ela é diferente, não era essa que vinha pra toda comunidade, entendeu? Mas já tinha muita gente que tinha água, eu já tinha água em casa. Mas eram eles tratavam, era direto com eles lá, que já era fundado, não foi comigo que eu vi essa fundação, esse encanamento de lá. (Comunicação Pessoal em - 01/02/2023)

O acesso à água para alguns moradores da Vila Parque da Cidade era feito, portanto, com a canalização da água, proveniente do Rio Rainha, no Parque Natural. Outros moradores da comunidade e até da Rocinha buscavam água na bica que ficava dentro do Parque, e a busca por água criava uma longa fila de pessoas. Segundo Dona Raimunda, os trabalhadores do Parque sempre limpavam o encanamento da bica para que ela não entupisse. Alguns moradores da comunidade também lavavam suas roupas às margens do Rio Rainha, no terreno que na época era da Dona Sarita. Dona Raimunda afirma que lá a água era mais “pura”. Hoje em dia, o terreno é da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

No final da década de 1980, a comunidade foi uma das escolhidas para fazer parte do Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas (APD), que foi uma parceria da Comunidade Europeia com as prefeituras de Santo André e Rio de Janeiro. Os objetivos eram a luta contra a pobreza, apoio à democracia e garantia

dos direitos humanos, com foco nas crianças e adolescentes. No Rio de Janeiro a APD é influenciada pela experiência do Programa “Favela Bairro” e atuou em cinco localidades, sendo duas na Zona Sul: Vila Benjamin Constant, na Urca, e a Vila Parque da Cidade, na Gávea. O programa Favela Bairro buscou levar os serviços públicos da cidade para as favelas, a partir de obras de infraestrutura urbana como: praças, ruas e saneamento básico. Enquanto o programa APD visou lidar com políticas sociais, como saúde, renda e trabalho (Moraes, 2005).

O presidente da associação, Waldir Cavalcante, afirma que na sede da associação foram realizados nesta época cursos de capacitação profissional. A construção da Creche Municipal Doutor Pedro Bloch também foi resultado do programa. Waldir afirma que a obra da creche não teria sido concluída se a associação não tivesse avisado a Comunidade Europeia do atraso. Segundo ele, a prefeitura estava “enrolando”, a associação de moradores foi crucial para a obra da creche que fica no endereço da Estrada Santa Marinha, 25.

Figura 6 - Parte Lateral da Creche Municipal Doutor Pedro Bloch



Fonte: : Suzane Sabbag.

Atualmente, possui 6 salas e oferece 99 vagas para o ensino infantil e 25 para o ensino da pré-escola⁵. Os moradores mais antigos conhecem essa parte do “pé do morro” como “pocinho”, já que, a área durante dias de chuva ficava cheio de água. Antes da Creche existia no local uma quadra de futebol onde os moradores praticavam o esporte. Além disso, o atual “Parque Vivo” uma ONG da comunidade voltada para diversas atividades físicas e que atende particularmente crianças foi cedido nessa época pela prefeitura para usufruto dos moradores.

Sobre a questão do abastecimento, muitos moradores da Vila Parque da Cidade apontam que a falta de água na comunidade é um problema sério., Leandro dos Santos, mais conhecido como “Urso”, é Vice-presidente da associação de moradores Segundo ele, o apelido surgiu após um comentário realizado sobre o seu abraço ser carinhoso e tranquilo. Sendo chamado, por isso, de um abraço de urso. Leandro então passa a adotar o apelido de Urso, e muita das vezes cobra que o chamem desse modo.

Dessa forma, para Urso, não há necessariamente um problema de falta de água na comunidade. Mas, a associação de moradores é responsável por fazer manobras de água para abastecer todas as partes da comunidade, visto que uma parte da comunidade pode receber menos quantidade de água do que outra durante o dia. A falta de abastecimento da comunidade também ocorria quando alguma bomba apresentava defeito, ou a bomba da Rua Marquês de São Vicente localizada próxima ao Colégio Teresiano, seja a da entrada da comunidade na Rua Tenente Francisco Mega.

Alguns moradores que possuem canalização direta do Parque não passam por esse contexto de falta de água que pode durar dias. Com a venda da CEDAE e a posterior passagem da concessão para a “Águas do Rio”, a partir de 2022 a gestão da água na região passa por modificações. A nova companhia começou a instalar medidores de consumo de água nas residências da comunidade e os moradores passaram a pagar pelo acesso à água. Os moradores comentam que para diminuir a oferta de água do Parque, a Água do Rio irá desfazer a ligação feita pelos antigos moradores.

A questão da falta de água e saneamento, é sentida de forma diferente dependendo da região que a pessoa mora na comunidade. A questão do saneamento

⁵ Disponível em: https://culturaeducac.cc/equipamento/escola_detalhe/33154740/#fndtn-panel-ficha. Acesso em: 25/05/23

é destacada como relevante para os moradores da parte alta do morro, na Avenida Vila Parque da Cidade, área próxima ao Estacionamento do Parque Natural Municipal da Cidade, enquanto a questão da falta de água é mais importante na Alameda das Camélias⁶.

Enquanto morei na comunidade da Vila Parque da Cidade passei por alguns momentos sem água. Apesar do desconforto, entretanto, para mim existia a possibilidade de ir tomar banho ou ir pegar água no PNMC. O hábito é comum entre alguns moradores, que frequentam ou passam pelo parque quase diariamente. No Alto Gávea existem algumas escolas particulares que possuem programas de concessão de bolsas para estudantes de baixa renda como o INOSEL, a Escola Parque e o Colégio Teresiano. Alguns estudantes da Vila que estão no ensino fundamental e médio são beneficiados com o programa. A oferta de vagas no ensino público para o nível médio é direcionada para o Colégio Estadual André Maurois, no Leblon.

Dessa forma, apesar de apresentar desigualdades quando comparada com o resto do bairro da Gávea, a sua realidade enquanto “favela” é distinta daquela encontrada em outras favelas do Rio de Janeiro. Em particular, quando comparamos com o cenário encontrado nas favelas da Baixada, Zona Norte e Oeste do Estado do Rio de Janeiro. A conclusão pode ser observada a partir dos dados de escolarização, trabalho e renda que demonstram maior qualidade do que nas demais regiões habitadas por pessoas de baixa renda. Assim como, a relativa qualidade na infraestrutura, a boa oferta de serviços públicos de saúde e educação para os moradores da Vila Parque da Cidade. Urso destaca a realidade da Parque da Cidade enquanto uma “favela da Zona Sul”:

Então, aqui é uma favela da Zona Sul né? Então se você pensar pra uma favela de Zona Sul, em torno daqui como Gávea, Leblon e tudo, eu tenho toda uma possibilidade como trabalho, como hospital tenho perto, tenho posto de saúde que não fica aqui, mas atende dentro da comunidade. Muitas pessoas direcionam o problema como: "a falta de água, aquilo outro". Mas não é, o maior problema que eu vejo aqui é o transporte público (Comunicado em pessoal em - 25/01/2023).

De acordo com pesquisa Bairro Fraternal, a maioria das profissões encontradas na comunidade é do setor de serviços como: porteiro, motorista, segurança, atendente, doméstica/diarista, passeador de cães. A presença da PUC-

⁶Bairro Fraternal, 2022.

Rio também torna a comunidade lar de estudantes universitários e aumenta a presença de pessoas com nível superior no local. Sendo, também significativa a presença de aposentados(as) (Bairro Fraternal, 2022). O fato de a comunidade estar geograficamente inserida em uma região nobre da cidade faz com que os moradores possuam uma melhor entrada no mercado de trabalho. Isto não significa dizer que as ocupações dos moradores da Vila Parques da Cidade não estejam condicionadas às desigualdades de gênero e de raça e que isto tenha impacto no tipo de ocupação e na renda média mensal.

Em algumas oportunidades, Urso me falou sobre a noção de comunidade que vê no caso da Vila Parque da Cidade. Em sua perspectiva existe uma relação comunitária no território onde a maioria dos moradores praticam a ajuda mútua e buscam a auto-organização para a resolução de seus problemas comuns. A história da associação de moradores é um exemplo neste sentido, no que diz respeito à luta pelo acesso à moradia e à infraestrutura básica. Muitas obras e intervenções realizadas na comunidade, de acordo com ele, foram realizadas pelos próprios moradores a partir de mutirões, entre elas: a canalização do esgoto sanitário, fechamento das valas abertas, além em reparos nas vielas, escadas e a instalação de corrimãos nos dois escadões da comunidade.

O uso do termo “comunidade” por parte expressiva dos em detrimento ao de “favela” se deve ao tipo de infraestrutura que estes possuem acesso. Apesar de viverem em uma região habitada por pessoas de baixa renda, a comunidade possui particularidades que a diferenciam da ideia de “favela”. Mesmo que tenha ouvido alguns moradores usarem o termo “favela”, a noção de comunidade remete ao vínculo associativista que os moradores locais compartilham entre si. Dessa forma, ao utilizar a palavra “comunidade” os moradores parecem agregar dois sentidos: o infraestrutural e o comunitário.

Suzana Silveira sinaliza que os moradores na maioria das vezes utilizam o termo comunidade para designar a região em que vivem. Para a pesquisadora, os moradores não usam o termo “favela”, pois este estaria ligada a estigmas sociais de um espaço marcado por: violência, pobreza e tráfico (Gnaccarini, 2013). Neste sentido, a noção de favela é baseada na precariedade e na desorganização, a Vila na perspectiva dos moradores não pode ser tratada como tal. A noção de comunidade dialoga com o contexto particular da Vila, onde os moradores afirmam existir laços comunitários baseados na ajuda mútua, parentesco e compadrio.

A ideia de favela na Vila Parque da Cidade pode aparecer também dentro de uma reflexão crítica e em defesa dos interesses da comunidade. Ao subir um dos principais escadões da comunidade ouvi um morador questionar um samba de Arlindo Cruz que fala das qualidades de se morar na favela. O morador é um cantor de samba local e fez uma paródia da música enquanto subia o escadão de degraus irregulares feito pelos moradores. Para ele, morar na favela não é fácil, tem que passar “perrengues”, como falta de água, de luz, os problemas de acessibilidade no interior da favela e o tráfico. A paródia soou como uma denúncia das condições infra estruturais enfrentadas pelos moradores.

Os termos comunidade e favela são usados em contextos distintos pelos moradores, que não possuem uma perspectiva homogênea. Contudo, a maioria deles reconhece as particularidades do território, no que diz respeito à boa qualidade de vida quando comparada a qualquer outra favela do Rio de Janeiro. O próprio sambista mencionado anteriormente possui uma música onde canta a vista que o morador da Vila Parque possui das praias da Zona Sul, a Lagoa Rodrigo de Freitas e do Cristo Redentor. A proximidade da comunidade com a área natural protegida também é um fator importante para a qualidade de vida e bem-estar dos moradores, mesmo daqueles que não possuem o hábito de ir visitá-lo.

3.2

O Parque Natural Municipal da Cidade

Conforme apresentado anteriormente, o Parque Natural Municipal da Cidade (PNMC) está localizado no bairro da Gávea, área de 46,7 ha que foi doado ao governo do Distrito Federal em 1939 pela família Guinle, alguns moradores antigos da Vila Parque comentam que foi devido as dívidas que possuíam com o Estado. O primeiro gestor do Parque Natural Municipal da Cidade chamado na época de Parque Natural da Gávea foi o biólogo, Ademar Faria Coimbra Filho (1924-2016), entre 1946 e 1957. Nos anos 1970 realizou com sucesso a reintrodução do tucano de bico preto (*Ramphastos vitellinus*) que atualmente pode ser visto facilmente na região. O trabalho de Coimbra Filho, foi pioneiro em estudos de conservação de espécies ameaçadas e de reintrodução. As experiências conservacionistas realizadas por ele, começaram na passagem como gestor do parque. No próximo capítulo aprofundarei o projeto conservacionista de

repovoamento da realizado no Parque Nacional da Tijuca e na Serra Carioca na década de 1970.

Figura 7 - Entrada do Parque Municipal da Cidade



Fonte: Suzane Sabbag.

Coimbra Filho, tornou-se gestor durante a prefeitura de Hildebrando de Góis em 1946, quando do nome parque era outro: Parque da Gávea, conhecido pelo seu empenho na criação de áreas protegidas e na preservação de espécies ameaçadas de extinção. Seu trabalho também foi importante para a preservação do mico leão dourado (*Leontopithecus rosalia*). Na época em que foi gestor, o Parque da Gávea era um serviço florestal da prefeitura e os guardas municipais podiam andar armados. No bairro, na mesma época, existia o Parque Proletário da Gávea Segundo Coimbra Filho, isso foi um dos motivos que levou a mudança do nome do Parque

da Gávea para Parque da Cidade⁷. Sobre a presença da comunidade vizinha, ele observa em entrevista que:

O parque hoje está imprensado por favelas. Já era assim?
Coimbra – Não, na minha época eu não deixava ninguém invadir área pública. Aliás, por via das dúvidas eu aumentei por minha conta 10 metros em todo o perímetro do parque. (O Eco, 2004).

O Parque da Cidade possui ligação com o Parque Nacional da Tijuca, a partir das trilhas que levam à Vista Chinesa e ao Cristo Redentor. A partir do circuito Parque da Cidade da “Trilha Transcarioca” é possível acessar o trecho da Vista Chinesa x Dona Castorinha. O nome do trecho que passa por dentro do Parque é “Circuito Ademar Coimbra Filho⁸. A trilha Transcarioca sai da Barra de Guaratiba e vai até o Morro da Urca, em um trajeto que totaliza 180 km. A criação da trilha, em 2017, visou integrar e proteger áreas naturais protegidas e foi resultado do livro de Pedro Cunha e Menezes *Transcarioca: todos os passos de um sonho* (2000). Cunha e Menezes é diretor da Trilha Transcarioca e Diretor da Rede Brasileira de Trilhas⁹. Segundo o site da “Trilha Transcarioca” afirma o seguinte sobre o percurso que tem início no Parque da Cidade:

Neste percurso o visitante tem a oportunidade de fazer um circuito extra pelo Parque Natural Municipal da Cidade, para desfrutar de suas áreas de lazer e do Museu da Cidade. Nesta caminhada, onde metade do percurso é plano, passando por um dos trechos mais bonitos da floresta recuperada do parque, passa-se por ruínas de um antigo sistema de captação e abastecimento de água, por caminhos coloniais feitos com pedras tipo pé de moleque, além de um banho refrescante na Cachoeira da Imperatriz. Na parte do trecho mais próxima à Vista Chinesa, que exige um bom preparo físico devido ao forte auge/declive, é importante ficar atento ao movimento de ciclistas no caminho¹⁰(Trilha Carioca, 2023).

⁷ O “eco”. <https://oeco.org.br/author/pedro-da-cunha/>. Acesso em: 13/06/2023

⁸ Trilha Transcarioca. Disponível em: <https://trilhatranscarioca.com.br/vista-chinesa-x-dona-castorina/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

⁹ O “eco”. Disponível em: <https://oeco.org.br/author/pedro-da-cunha/>. Acesso em: 13 jun. 2023

¹⁰ Trilha Transcarioca. Disponível em: <https://trilhatranscarioca.com.br/vista-chinesa-x-dona-castorina/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Figura 8 - Placa no Parque da Cidade com referência ao Circuito Adelmar Coimbra Filho



Fonte: Própria.

Desde 2008 o Parque Natural Municipal Cidade é uma unidade de conservação integral, conforme previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Sendo assim:

O espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, Lei nº 9.985, 2000).

Segundo a Secretaria de Meio de Ambiente da Cidade (SMAC) a flora do Parque é marcada pela:

A riqueza florística assemelha-se à verificada no Parque Nacional da Tijuca. Na área ajardinada podem ser observados inúmeros exemplares como o pinheiro-do-paraná (*Araucária angustifolia*), o pândalo (*Pandanus*), os jacarandás (*Jacarandapuberuba*). Outras espécies igualmente observadas são os ameaçados pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), o pau-ferro (*Caesalpinia férrea*), o cedro branco (*Cedrela fissilis*), dentre outras várias espécies (SMAC, 2019).

O tronco das árvores é coberto de epífitas e liana, como bromélias, orquídeas, o cipó escada de macaco e o cipó pente de maçado. O Parque possui trilhas para a Vista Chinesa, Jardim Botânico e cachoeiras. Além disso, pela sua ligação com a Floresta da Tijuca, a região abriga variedade de fauna.

Entre as aves observadas encontram-se espécies ameaçadas de extinção caso do gavião-pombo (*Leucopternislacernulata*), uma espécie endêmica e o raro tucano-de-bico-preto (*Ramphastosvitellinus*), gambás, cachorro-do-mato, esquilo, mão-pelada, além do raro guaxé e da preguiça, ameaçados de extinção dentre outras. Espécies como o bem-te-vi, sabiá-laranjeira, a borboleta-azul, jararacas, o jararacuçu, sapos, pererecas e a rãzinha (*Leptodactylusnanus*).

O Parque é cortado pelo Rio Rainha que possui nascente na Ponta das Andorinhas localizada no Maciço da Tijuca. O Rio Rainha desce ao lado da Rua Marquês de São Vicente, passa por dentro de propriedades privadas (escolas, condomínios e casas), e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). O Rio desaguava na Lagoa, mas foi canalizado a partir da década de 1920 para o canal da Avenida Visconde de Albuquerque. O nome “Rainha” parece ter surgido a partir do século XX nos mapas, antes o rio era chamado de “Branco”.

Algumas intervenções e construções humanas compõem a paisagem do Parque Natural Municipal da Cidade como: esculturas artísticas, piscina, praças, brinquedos para crianças e aparelhos de exercício físico. Em 2023 o Parque da Cidade participou de um projeto chamado “RevitalizaRio” e passou por um processo de restauração cultural e artístico. O projeto também atua em outros espaços públicos da cidade como: Parque da Catacumba, Praça da Harmonia e Praça Paris.

No Parque da Cidade foram recuperadas, por meio do projeto, a piscina e a Fonte do Índio, ambas possuem influência marajoara foram criadas pelo artista Fernando Correia Dias a pedido da família Guinle, durante anos a piscina permaneceu assoreada. O mesmo aconteceu com a fonte que foi limpa, além dessas duas obras existem outras obras de inspiração marajoara espalhadas pela área. Segundo o site do Revitaliza Rio, o projeto no Parque Natural Municipal da Cidade foi uma parceria entre a Secretaria Municipal da Cultura e do Meio Ambiente, do Inepac, e da Associação de Amigos do Museu Histórico da Cidade. O projeto RevitalizaRio é uma parceria público privada, sendo financiado por um grupo de empresas, e no PMNC melhorou a sinalização com a troca das antigas placas, novos brinquedos, a reforma do banheiro e dos pontos turísticos do local.

Figura 9 - Piscina Marajoara



Fonte: Suzane Sabbag.

Além da influência da arte marajoara deixada pela família de Guilherme Guinle, o parque também possui esculturas de artistas contemporâneos. A presença das obras reforça o viés artístico e cultural que compõem a paisagem do parque. Como a obra intitulada "Contemplação" do escultor Dinamarquês Jesper Neergaard, que também passou por um processo de limpeza durante o RevitalizaRio. O trabalho da artista plástica brasileira Celeida Moraes Tostes intitulado "Triângulo Celeida Tostes" de 1995, ano de seu falecimento, foi encomendado pela Secretaria de Municipal da Cultura e tem instalação permanente no parque¹¹.

¹¹ Escritório de Arte.com. Disponível em: <https://www.escritoriodearte.com/artista/celeida-toste>. Acesso em: 08/08/2023.

Figura 10 - Escultura “Contemplação”, localizada no Parque Natural Municipal da Cidade



Fonte: Suzane Sabbag.

O Parque Natural Municipal da Cidade acumula, portanto, elementos de importância ambiental e cultural. O Museu da Cidade possui uma série de obras no seu acervo como esculturas gregas, antigas armas de fogo, a fonte Wallace que fica em frente à entrada do museu e em área próxima ao museu fica a Capela de São João Batista, construída em 1929 pelo comerciante João Carvalho Macedo, antes da propriedade ser vendida ao Guinle.

Figura 11 - Capela de São João Batista



Fonte: Suzane Sabbag.

No Parque também existem algumas represas, na parte de cima existe um lugar frequentado por moradores da Vila Parque da Cidade costumam frequentar o local e o chamam de “cano”. O local é muito utilizado durante os dias quentes, contudo, existem aqueles que o frequentam quase diariamente. Existe também a apropriação do cano em rituais de religiões de matrizes africanas.

Na área denominada pelos moradores como cano, e no interior da floresta do parque é possível encontrar vestígios da presença de religiões de matrizes africanas, tais como: oberos e velas. A partir da minha vivência enquanto morador percebi como essa apropriação das religiões de matrizes africanas divide a opinião dos frequentadores do parque. Alguns reclamam que os trabalhos “suja” o curso do rio e os espaços, ao mesmo tempo que outros parecem não se importar com os vestígios deixados. Segundo ICMBio, além da degradação ambiental, o lixo orgânico deixado pelas oferendas altera a dinâmica da fauna local (ICMBio, 2008).

A controvérsia acerca da relação entre unidades de conservação e as oferendas feitas por religiões de matrizes africanas tem sido estudada tem sido aprofundada pela academia. As práticas das religiões de matrizes africanas são entendidas como incompatíveis com as diretrizes das Unidades de Conservação, costumam ser comuns no Parque Nacional da Tijuca, em particular nas cachoeiras da Floresta da Tijuca e da Serra da Carioca (Santos Júnior, 2022).

O trabalho etnográfico de Roberta Machado Boniolo, por exemplo, aborda uma experiência de regulamentar a área chamada de “Curva do S”, no Parque Nacional da Tijuca. A regulamentação almeja diminuir o conflito entre as religiões de matrizes africanas e os funcionários do parque. O objetivo, com isso, era criar uma gestão compartilhada entre os atores interessados e formular diretrizes para o uso público religioso em áreas protegidas (Boniolo, 2018).

Dessa forma, o parque, enquanto uma unidade de conservação do tipo integral, possui horário de abertura e fechamento, proíbe a presença de animais domésticos, a alimentação dos animais silvestres, a retirada da fauna, flora etc. A entrada de cachorros no Parque é uma questão controversa. Os guardas, a gestão do Parque e alguns moradores veem como um problema, já que, a área é de proteção integral e por isso não deveria ser permitida. O Parque Natural Municipal da Cidade se insere dentro de um modelo conservacionista onde a relação dos humanos com o ambiente deve ser regulada, ficando voltada apenas para o turismo, lazer e pesquisa científica.

Algumas contradições socioambientais são apontadas no próprio site da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. As atividades são descritas no site como problemas, já que o Parque é uma unidade de conservação e vão de encontro à ideia conservacionista. De acordo com ex-gestor do Parque, os principais problemas são:

1. A presença de flora e fauna exótica no Parque.
2. “Transmissão de doenças aos animais nativos”.
3. “Resistência das pessoas do entorno, da administração em geral, manutenção dos costumes, independente da legislação em relação à Unidade de Conservação e suas exigências para se manter como tal. Por exemplo: uso de estacionamento para visitantes, não dos moradores da comunidade; e dos animais domésticos” (Gnaccarini, 2013, p.86).

Figura 12 - Logótipo do Parque Natural Municipal da Cidade



Fonte: Facebook Parque Natural Municipal da Cidade.

Sobre a controvérsia dos cachorros, alguns frequentadores do chamam de “Parque dos cachorros”. Nos finais de semana, o número de cachorros levados para passear no local é grande. De acordo com moradores, em uma gestão recente a tentativa de impor a proibição foi mais ativa, mas o resultado não exitoso. Os moradores que possuíam cachorros começaram a levá-los quando o gestor não estava no Parque. Como, a maioria dos gestores não ficam no parque, logo a iniciativa de fiscalizar cessou. A questão acerca da entrada dos cachorros no parque permanece. Muitos moradores da Vila os levam para dar um passeio, enquanto eles também aproveitam para realizar uma caminhada, estes compreendem como algo positivo a possibilidade de caminhar com seu cachorro no parque. Dentro desta perspectiva o parque é como uma extensão da casa, sendo o seu quintal. Enquanto isso, outros percebem como problemático este costume e o tratam como um dos principais problemas na gestão do local. Segundo a ex-diretora da associação de moradores, para melhorar essas questões seria necessário:

“(...) como sugestão de melhoria ao Parque: não entrada de cachorro; mais segurança da guarda municipal e guarda florestal, pois o PNMC é muito grande e liga Tijuca e Jardim Botânico, sendo muito perigoso pela extensão” (Gnaccarini, 2013, p 82).

Em suma, os moradores da Vila possuem como vizinho o Parque Natural Municipal da Cidade e a sua relação com ele é variada e envolve atividades ligadas ao: lazer, cultura e religiosidade. Durante anos a água do parque serviu para abastecer a comunidade, o Rio Rainha era usado para lavar roupa. Assim como, o uso da área do Parque para atividades físicas, de cunho religioso, relacionados à educação ambiental.

Dentro do Parque existem várias partes de água represada onde se formam lagos. A primeira e maior delas é usada para o lazer por alguns moradores. A entrada hoje em dia não é permitida e o lago está bastante assoreado. Após um acidente fatal no local a entrada não foi mais autorizada. Segundo moradores, além do assoreamento, o desvio da água para abastecer propriedades dentro do Parque também é uma questão.

A poluição da água do rio pelos prédios administrativos e casas no interior do Parque é outro problema na gestão e proteção do Parque Natural. Segundo Gnaccarini e relato que tive de visitantes e moradores, há a contaminação do Rio e de alguns pontos do Parque que possuem canos. A Ala “J”, nome dado pelos moradores a área do escadão de pedra que desce do Museu da Cidade e vai dar na entrada do Parque, tem um cano que alguns dizem estar contaminado pelo esgoto do Museu (Gnaccarini, 2013).

Na parte superior do Parque também existe um lugar chamado pelos locais como o “cano” onde podem se banhar. O cano é utilizado por parte de moradores como forma de lazer. Carla, moradora do Parque, observa que:

“(...)o que mais chama a atenção são os pássaros, também vai ao Parque fazer caminhadas e piqueniques, gosta do cano, leva as crianças para tomar banho. Em 1988, uma cabeça d'água destruiu a cachoeira, hoje tem canos”. (Gnaccarini, 2013, p. 82).

No interior do Parque Natural Municipal da Cidade e em suas trilhas estão presentes vestígios da ação humanas como: reservatórios de água, canaletas para escoamento da água, calçamento e paredes de pedra. O calçamento de pedras foi importante para o transporte de pessoas e mercadorias, enquanto os reservatórios eram fundamentais para o abastecimento de água da região.

Figura 13 - Antigo reservatório de água da Serra Carioca



Fonte: Suzane Sabbag.

Controvérsias socioambientais na Comunidade Vila Parque da Cidade

O modo como o parque tem sido apropriado material e simbolicamente pelos moradores extrapolam os limites de uso da área enquanto unidade de proteção integral. Dentro deste contexto, dois personagens são importantes para compreendermos as controvérsias sobre a preservação ambiental no local. A atuação de Ademar Coimbra Filho no passado, e de Leandro “Urso” dos Santos no presente, representam dois momentos e formas distintas de se conceber a conservação da natureza.

Coimbra Filho, primeiro gestor do Parque Natural Municipal da Cidade, é um expoente relevante do conservacionismo brasileiro e para a preservação da fauna e flora remanescente do bioma da Mata Atlântica. Ele desempenhou papel relevante para a primatologia, com o desenvolvimento de modelos de conservação para a proteção do mico leão dourado do risco de extinção. Na gestão do parque foi responsável por experiências de reflorestamento e reintrodução de animais silvestres.

No presente, a atuação de Leandro Urso dos Santos adota uma abordagem que chamarei de “socioambiental”, pois defende a importância da comunidade local na preservação do parque, com base na recuperação da história da comunidade e de seus antigos moradores. Os dois personagens compartilham perspectivas distintas no que tange à relação da comunidade com o parque e por conseguinte ao papel dela na proteção ambiental. Do ponto de vista de Coimbra Filho, para a preservação do parque seria necessário limitar a ação humana na área ao turismo, lazer e a produção científica.

Por outro lado, Leandro Urso acredita que a participação da comunidade local nos assuntos do parque é fundamental para a sua preservação. O Urso, atualmente, dentro da associação de moradores, é um ator que desempenha atividades relevantes ao estudo, desenvolvendo ações como: educação ambiental, reflorestamento, refauna, entre outras. Ele possui grande atuação no território, circulando dentro e fora da comunidade, e por isso, é um interlocutor importante para o presente trabalho.

A história da criação do parque, entretanto, é muito anterior e remonta à primeira gestão de Ademar Coimbra Filho, entre os anos de 1946 e 1957. Ele foi responsável por transformar a propriedade em um parque natural aberto à visitação do público. Quando era diretor realizou uma série de mudanças na paisagem do local. Existiam canteiros em formatos de estrelas, por exemplo, que ele tirou e mandou plantar azaleias. Coimbra Filho também plantou diversas espécies de flora nativa da Mata Atlântica, como a palmeira Juçara. Plantou jacarandás, perobas e palmeiras nas encostas. Comprava pássaros, como caraminguás, e os soltava no parque. Segundo Marcos Corrêa e Manoel Brito, Coimbra Filho transformou o parque com a beleza tropical, de 419 espécies da fauna brasileira, sendo 93 típicas da Mata Atlântica (Corrêa; Brito, 2006, p.45).

Na sua gestão, Coimbra Filho também aumentou os limites do parque para manter distância da Vila Parque da Cidade e seus moradores. Além disso, também comandou pessoalmente a derrubada das casas que surgiram no entorno do parque, e atirava com uma Winchester 44 nos cachorros que entravam no parque e mexiam com a fauna silvestre da área (Corrêa; Brito, 2006, p.45).

Ademar Coimbra Filho e a sua geração de conservacionistas lutaram pelo uso racional dos recursos naturais, em meio a hegemonia do desenvolvimentismo no governo e na sociedade. A criação de áreas protegidas visou diminuir a velocidade da degradação ambiental do país. Por meio de organizações não governamentais como a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) de 1958, buscou conscientizar a sociedade civil sobre o uso racional dos recursos naturais (Gonçalves; Franco, 2002).

Anos após sua passagem na gestão do parque entre 1946 e 1957 voltou a trabalhar na região do Parque Nacional da Tijuca e da Serra Carioca na década de 1970 e promoveu experiências que envolveram a reintrodução de espécies de animais originários da mata atlântica. Dentre as espécies de introduzidas por Coimbra Filho está o tucano de bico preto. O trabalho começou no final da década de 1960 quando foram realizadas grandes apreensões pelo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), atual IBAMA.

O órgão federal não possuía as condições necessárias para o cuidado e sobrevivência dos animais recolhidos, sendo que muitos pertenciam à fauna do Parque Nacional da Tijuca. Deste episódio, como reporta Coimbra Filho surgiu a tentativa de reintroduzi-los no seu habitat e este foi o caso do tucano de bico preto.

O esforço do projeto contou com “procedimentos próprios”, devido à falta de iniciativas conservacionistas similares na época. O projeto conservacionista, de acordo com o autor, se baseou na seleção de “exemplares”, “tratamentos profiláticos” e a escolha de locais adequados para a soltura (Ibidem).

A experiência “aparentemente inédita” de reintrodução da ave visava recuperar a diversidade biológica original do Parque Nacional da Tijuca. Neste sentido, o projeto tentava diminuir a “pobreza biótica” e o desequilíbrio ecológico ocasionado por anos de destruição ambiental da região do maciço da Tijuca (Ibidem).

Segundo Coimbra Filho, a presença do tucano de bico preto era comum nos maciços da Tijuca e Serra Carioca há um século. Não obstante, em lista de aves do município do Rio de Janeiro de 1968, a espécie não era mencionada na região do Parque Nacional da Tijuca. Neste contexto histórico, a ave era encontrada apenas no maciço da Pedra Branca, em Jacarepaguá.

A ausência do tucano, como explica o autor, se relacionava com a destruição histórica de seu habitat, o maciço da Tijuca. As plumas do tucano foram utilizadas, entre outras coisas, para a confecção dos mantos imperiais. No projeto foram reintroduzidos 46 tucanos de bico preto. A origem dos espécimes é incerta, devido a forma ilegal que foram retirados da natureza. Mas acredita-se que as aves sejam oriundas do norte do Espírito Santo ou sudeste da Bahia (Ibidem).

A alimentação do tucano de bico preto é a base de frutas, insetos e ovos de pequenas aves. Dentre as frutas podemos citar: “*Byrsonima* (Malpighiaceae), *Ficus* (Moraceae), *Miconia* (Melastomataceae), *Nectandra*, *Ocotea* (Lauraceae), *Virola* (Myristicaceae) e os frutos maduros da palmeira juçara (*Euterpe edulis*)”. (Coimbra Filho, 2000)

Dessa forma, passados 30 anos da reintrodução dos 46 indivíduos da espécie de tucano de bico preto (*R. v. ariel*) nas florestas do Parque Nacional da Tijuca, o projeto teve êxito no repovoamento da ave em seu habitat. Além disso, Coimbra Filho observa que já havia mais de mil tucanos na região no ano 2000 e era provável que essa população tivesse entrado em contato com a população do maciço da Pedra Branca (Ibidem). Hoje em dia é possível observar a espécie na copa de grandes árvores em praças públicas e áreas verdes da cidade, como nos bairros da Gávea, Jardim Botânico, Cosme Velho, Laranjeiras e Leblon. A ave está distribuída por todo o maciço da Tijuca e da Serra Carioca.

Durante a experiência, o pesquisador conta em entrevista que enfrentou algumas dificuldades para a reintrodução da ave e encontrou tucanos mortos “por tiro ou pedrada”. (Coimbra Filho, 2004) Ademais, de acordo com Coimbra Filho, alguns indivíduos eram capturados por moradores que viviam na “periferia do PNT”. Na época de Coimbra Filho, a comunidade da Vila Parque era bem menor. Como gestor, ele conta que decidiu, sem qualquer consulta, aumentar o perímetro do parque para impedir possíveis construções próximas.

Para Coimbra Filho, as áreas naturais protegidas devem ser preservadas em prol da pesquisa científica e do turismo. Desse modo, a perspectiva conservacionista possui uma visão acerca do tipo de relação que os moradores devem possuir com o parque. Os moradores por sua vez entendem o parque como uma continuação da sua casa. A formação da comunidade está ligada à criação do parque. Como mencionado no capítulo anterior, muitos funcionários do parque eram moradores do parque.

O contexto histórico-social de formação das áreas protegidas no Rio de Janeiro, no qual Ademar Coimbra Filho está inserido, é marcado pela retirada das favelas da paisagem das áreas nobres da cidade. Em 1966, a cidade é atingida por fortes chuvas que geraram mortes e impactos socioambientais. Após anos de destruição ambiental do maciço da Tijuca e das áreas verdes da Zona Sul da cidade, os efeitos socioambientais deste processo começam a ser percebidos pela sociedade carioca em eventos provocados por chuvas que causam prejuízos sociais e ambientais para a cidade.

Como resposta, o Instituto de Geotécnica propõe medidas para a proteção das encostas. Segundo Claudio Alexandre de Aquino Santana, são reflorestados 150 hectares até a década de 1970 (Santana, 2021)¹². Em meio ao período militar de 1964 a 1985, o poder público com objetivo de recuperar as encostas do Rio de Janeiro começa a remover as favelas. Neste sentido, a partir das grandes enchentes de 1966, os deslizamentos de encostas foram usados como argumento para este processo. Ao mesmo tempo, os moradores argumentaram a favor da urbanização das favelas, sem que estas fossem removidas e seus moradores deslocados (Santana, 2021, p. 56).

¹²Após anos de destruição ambiental do maciço da Tijuca e das áreas verdes da Zona Sul da cidade, os efeitos socioambientais deste processo começam a ser percebidos pela sociedade carioca em eventos provocados por chuvas que causam prejuízos sociais e ambientais para a cidade.

A política de remoção das favelas da Zona Sul ganhou força durante a ditadura militar. Contudo, desde o governo de Getúlio Vargas o tema da habitação popular estava em pauta, com a criação dos parques proletários e por conseguinte, com seu desmanche. O Parque Proletário da Gávea foi um exemplo de política habitacional para os trabalhadores da Zona Sul. Nessa mesma época surgiram iniciativas voltadas para a conservação das florestas da região, que buscavam limitar as atividades humanas nas áreas verdes escolhidas. O Parque Nacional da Tijuca, por exemplo, foi criado em 1961.

Neste sentido, Adelmar Coimbra Filho dialoga com uma longa linhagem de ambientalistas brasileiros que defendem a proteção da natureza através da restrição das atividades humanas, privilegiando seu uso para a ciência e para o turismo. Dentro desta perspectiva, a destruição do meio ambiente levaria a perda não só da biodiversidade existente, mas como também de conhecimento científico ainda desconhecido. Foi responsável pela criação de diversas Unidades de Conservação, entre elas a Reserva Biológica de Poço das Antas, em Silva Jardim, RJ, refúgio do mico-leão-dourado. Tanto no âmbito da pesquisa quanto da divulgação científica, seu trabalho contribuiu para transformar a espécie em uma espécie bandeira para a conservação da Mata Atlântica.

Como mencionado no segundo capítulo, o Parque Natural Municipal da cidade, a partir de Decreto Municipal de 2008, está sob tutela da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC), desde 2008, o parque é reconhecido como unidade de conservação da natureza. Seguindo a legislação proposta para as unidades de conservação, a gestão do parque segue atuando com base no modelo conservacionista.

De acordo com o quinto artigo do decreto ficam proibidas as seguintes atividades:

Art. 5º Ficam estabelecidas as seguintes proibições de uso no interior do Parque Natural Municipal da Cidade:

- I - o trânsito ou passeio de animais domésticos, mesmo em gaiolas, caixas de transporte ou no interior de veículos;
- II - a entrada, saída ou permanência de pessoas e veículos não cadastrados fora do horário de visitação;
- III - o consumo de bebida alcoólica;
- IV - estacionar fora das áreas especificamente designadas para este fim;
- V - o uso do estacionamento de veículos fora do horário e dias de visitação, salvo para os veículos devidamente cadastrados;
- VI - a prática de esportes com bola, exceto para menores de doze anos de idade, os quais poderão realizá-la nas áreas predeterminadas para este fim;

- VII - a entrada de materiais de construção, com exceção daqueles destinados à infra-estrutura do Parque e do Museu da Cidade;
- VIII - O acesso de veículos motorizados nas trilhas e caminhos não pavimentados, excetuando aqueles autorizados pela administração do Parque;
- IX - a entrada ou manobra de caminhões, exceto aqueles destinados a entregas para a administração do Parque ou Museu da Cidade;
- X - fazer churrasco fora das áreas destinadas a este fim;
- XI - o funcionamento de aparelhos de som sem autorização prévia da administração do Parque;
- XII - utilizar os cursos d'água para banho, lavagem de quaisquer objetos ou despejo de resíduos;
- XIII - deixar oferendas religiosas ou velas;
- XIV - lavar ou reparar veículos automotores;
- XV - alimentar os animais silvestres;
- XVI - captar água do Parque, salvo para os moradores ainda residentes no Parque ou em caso de servidão;
- XVII - o comércio ambulante;
- XVIII - a entrada de ônibus, microônibus ou similares sem a prévia autorização da administração do Parque (Rio de Janeiro, 2008).

Por isso, as controvérsias expostas no decorrer do trabalho são vistas como um problema para gestão do parque, como já mencionado, são elas: presença de animais domésticos, uso irregular da área pública, presença de fauna e flora exóticas consideradas invasoras. A forma como os moradores usam o espaço do parque também é considerada problemática, já que, não ficam restritas ao lazer e à visitação.

Cabe destacar que a discussão sobre conservação do meio ambiente, ao longo do tempo, foi ficando cada vez mais vinculada às questões sociais. No contexto atual, Leandro “Urso” dos Santos é um agente importante para a conservação ambiental da região. Urso, além de atuar como vice-presidente da associação de moradores, também trabalha como agente do mutirão de reflorestamento da Prefeitura. A relação de Urso com a questão ambiental inicia quando era criança, ao participar do projeto “Viva bem: Proteja a natureza” onde eram realizadas conversas e caminhadas no Parque da Cidade. O projeto foi realizado pelos guardas florestais do Parque Natural da Cidade, dentre eles, o “Solimar” (Gnaccarini, 2013).

No trabalho de Gnaccarini, Valter Solimar, guarda municipal do Grupamento de Defesa Ambiental fala do projeto, cujo objetivo era conscientizar os moradores acerca da necessidade de conservação do Parque é relatado por. Segundo ele: “Se não fiscalizar, se não conscientizar as pessoas acabam com tudo, pensam no momento”. (Gnaccarini, 2013, p.85)

No que diz respeito às ações de cunho ambiental, ele também possui parceria com a Escola Parque, onde leva os estudantes para visitar o Parque Natural Municipal da Cidade e fala sobre a história, a fauna e a flora do local. A visita tem como metodologia a oralidade, cantos e brincadeiras, e explora uma perspectiva “não branca” dos habitantes da região.

A maioria dos dados que o Urso utiliza são de origem oral. Os passeios centram sua narrativa e perspectiva na vida das pessoas que viveram no casarão principal do Parque, o atual Museu Histórico da Cidade, como o Marquês de São Vicente, o Conde de Santa Marinha e Guilherme Guinle, homens brancos que representam cada um em seu tempo parte da classe dominante do Brasil. Os seus nomes continuam sendo lembrados e dão nome a principais ruas do bairro, como o caso do Marquês e do Conde.

Ao recontar a história a partir dos não brancos, o trajeto guiado por Leandro Urso visa abordar o habitar dessas pessoas que moraram na região, mas que não possuem suas histórias contempladas pela historiografia “oficial”. Segundo ele, a história oficial não trata da experiência das pessoas escravizadas que habitaram a região. Além disso, a visita ao Parque busca aproximar os estudantes da flora e da fauna que os cercam. O enfoque utilizado varia de acordo com a faixa etária e interesse do grupo visitante.

Urso argumenta, por exemplo, que algumas das mangueiras na beira da entrada principal do Parque estão plantadas sobre os ossos de pessoas escravizadas. Explica que há uma “lenda”, uma história local, de que embaixo de algumas mangueiras foram colocados os restos mortais de mulheres escravizadas que foram mortas brutalmente. A prática de enterrar os mortos no Parque e em cima plantar uma árvore buscava preservar a memória e tem teor espiritual-religioso. A prática não se restringe ao passado, já que, parece ser comum enterrar animais domésticos e pessoas no Parque.

Figura 14 - Visita guiada pelo “Urso”



Fonte: Leandro “Urso” Dos Santos.

Outro aspecto importante do trabalho desenvolvido por ele diz respeito ao resgate de animais silvestres. Devido à proximidade com seu vizinho, a Vila Parque da Cidade recebe visitas “não humanas” que em alguns casos demandam um profissional acostumado para sua retirada e posterior devolução ao Parque. Esses animais podem ser de diferentes espécies tais como: macaco-prego, jiboia, gambá, tamanduá-mirim e ouriço.

Quando aparece uma jiboia, Urso é chamado para o trabalho de resgate e o animal posteriormente é reintroduzido ao seu ambiente natural. Os animais não conhecem os limites do Parque Natural e da Comunidade Vila Parque da Cidade. Moradores por sua vez, apesar do susto estão acostumados com as visitas. A atuação de Urso é importante para a intermediação desses encontros, para que tanto os animais quanto os moradores não saiam prejudicados. Ele narra, como exemplo, o resgate que realizou de um tamanduá-mirim que estava cercado por cachorros e seria morto, caso os moradores não tivessem o chamado. Há, portanto, um esforço da associação de moradores para conscientizar os moradores sobre a importância dos animais e a necessidade de respeitá-los.

Figura 15 - Urso em atividades realizadas no Parque Natural Municipal da Cidade



Fonte: Leandro “Urso” Dos Santos.

Leandro Urso trabalha na prefeitura do Rio de Janeiro como agente ambiental e participa de mutirões de reflorestamento nas áreas verdes da cidade, assim como, no próprio Parque Natural Municipal da Cidade. O reflorestamento é uma atividade importante na qual está inserido, com o plantio de plantas nativas como: pitanga, pau-brasil, juçara, pau-ferro entre outras. Urso consegue as mudas através do seu trabalho no mutirão de reflorestamento e algumas são doações que recebe. A partir desse trabalho de plantio, ele conta que percebeu a necessidade do plantio de árvores frutíferas no Parque para alimentação da fauna local. A população de macacos-prego do Parque, por exemplo, tem parte de sua alimentação oriunda do lixo dos moradores. As ações de reflorestamento na cidade do Rio de Janeiro dialogam com o trabalho iniciado no final dos anos de 1980, com o “Refloresta Rio” (Zau; Sartori, 2021).

Diversas vezes vi macacos nas caçambas de lixo da COMLURB, seja próximo à entrada do Parque ou na parte alta, próxima ao estacionamento. Além disso, é comum que as residências que ficam perto da área natural do Parque recebam a visita dos macacos-prego e que estes levem os alimentos que encontrarem. Alguns moradores também possuem o hábito de alimentar os animais. Na entrada da comunidade que fica próxima ao portão do Parque, os macacos descem pela enorme jaqueira e recebem alimentos deixados na janela por um morador. O morador mantém o costume de alimentá-los e os macacos parecem não se incomodar com a presença humana.

Figura 16 - Macaco prego “topetudo” próximo à lixeira da COMLURB



Fonte: Própria.

A comunidade mantém uma horta na parte de cima do Parque Natural, o projeto é apoiado pela prefeitura pelo “Hortas Cariocas”. A horta fica na área onde antigamente ficava o viveiro utilizado por August Rushi, na década de 1960. Apesar de estar inserida em uma Unidade de Conservação, o programa Horta Carioca foi colocado para ser utilizado pela comunidade. Alguns moradores comentam que um dos motivos foi “eleitoreiro”. O espaço ficou anos sem qualquer função para a região. Urso comenta a esse respeito que um dos esforços realizados no início do projeto na comunidade era de diferenciar para os participantes o que era mata e o

que era plana, trabalhando com técnicas de cuidado com biodiversidade da flora, ao invés da prática de retirada de toda a flora do terreno, a chamada “limpeza”.

O Programa Hortas Cariocas (PHC) é desenvolvido na cidade do Rio de Janeiro desde 2006 e tem como objetivo estimular a agricultura urbana. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC) é responsável pelo projeto, que visa atender áreas de baixa renda. Os objetivos do projeto incluem diminuir o número de terrenos sem função social e com isso a ocupação irregular, além de buscar promover inclusão social e proporcionar maior segurança alimentar (O'Reilly, 2014).

A entrada da agricultura urbana nos programas e políticas públicas da cidade do Rio de Janeiro ganhou expoente nos anos de 1990, sob influência da Organização das Nações Unidas (ONU) e dos debates realizados no Rio 92. A agricultura urbana surge como estratégia para promoção da segurança alimentar e da conservação de áreas verdes nos grandes centros urbanos do planeta. As hortas comunitárias fazem parte desse novo campo das políticas de desenvolvimento social e conservação ambiental.

Segundo site da Prefeitura, na cidade do Rio existem atualmente 58 hortas cariocas, sendo 24 em escolas e 24 em “regiões de comunidade”. O projeto é voltado para áreas onde a organização dos moradores proporcionam uma gestão comunitária do espaço. Para que o projeto possa acontecer os cidadãos precisam demonstrar interesse à prefeitura que cuidará do investimento técnico e financeiro. As hortas são mantidas por membros das comunidades, ou no caso das escolas, por alunos e funcionários.

O projeto das hortas comunitárias visa retomar o direito à cidade, ocupando espaços públicos de uma forma contra-hegemônica. As iniciativas de horta comunitária são um contraponto ao movimento de apropriação do espaço público pelo privado. A dissertação propõe a “construção de meios de (re)apropriação e gestão coletiva do espaço público na cidade do RJ[...]”. (Siniscalchi, 2020, p.20)

Com o fim da ditadura militar, no final da década de 1980, há uma aproximação do poder público com as representações civis organizadas pelos moradores das favelas. Nas primeiras eleições pós ditadura em 1982 partidos com viés mais progressista são eleitos, este movimento, aliado a reorganização das associações de moradores trouxe melhorias para as comunidades, dentre eles o reflorestamento. A política habitacional proposta por Leonel Brizola de “Cada

família, um lote” é uma referência à mudança de tratamento do poder público sobre a questão das favelas (Compans, 2003).

Desse modo, surge uma nova abordagem no que tange a questão da moradia e a questão da preservação ambiental no Rio de Janeiro. Pode-se mencionar as ações como mutirões de saneamento, acessibilidade com base no trabalho voluntário e realizado nos fins de semana realizados pelos moradores. De acordo com Cláudio Alexandre Santana, o reflorestamento entra nesse leque de serviços ofertados. No início era responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) e passou a ser responsabilidade da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC) em 1994 (Santana, 2021, p. 59).

Dessa forma, a história do Projeto Refloresta Rio desenvolvido atualmente pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente tem início com a preocupação com regiões de encostas, ameaçadas pelo crescimento urbano desordenado que podem desencadear questões ecológicas e socioeconômicas. De acordo com site do projeto, durante os 30 anos do programa foram plantados 3.400 hectares com o plantio de 10 milhões de mudas¹³.

O programa Refloresta Rio apresenta uma forma inovadora de relação entre o poder público, as comunidades e a questão ambiental. Dentre os critérios utilizados para a seleção das áreas reflorestadas estão: áreas desmatadas, sujeitas a deslizamentos e áreas próximas a comunidades carentes, com forte atuação das associações locais. A maioria das ações de reflorestamento na cidade do Rio de Janeiro são resultado da participação das associações de moradores, sendo na maioria das vezes realizadas a partir de mutirões.

Os Programas Refloresta Rio e Hortas Cariocas são políticas públicas que funcionam em articulação com as associações de moradores das localidades onde são desenvolvidas. Parece existir, portanto, no contexto das políticas públicas, uma mudança acerca do papel da sociedade civil, em particular das associações de moradores, nessa política. No caso da Comunidade Vila Parque da Cidade, isso representa uma virada no que diz respeito à abordagem da política ambiental-habitacional. A presença dos moradores da comunidade não levou à degradação do território. Pelo contrário, os moradores encontraram formas de sobreviver no território sem exaurir o meio.

¹³ReflorestaRio. Disponível: <https://refloresta-rio-pcrj.hub.arcgis.com/>. Acesso em: 09/08/2023.

As trajetórias de Coimbra Filho e Leandro dos Santos, cada um em sua época, marcam duas abordagens distintas da conservação ambiental. Os dois dialogam com a perspectiva que o contexto histórico-social constrói acerca das comunidades locais e a questão socioambiental. Ambas as abordagens defendem posições que podem ser observadas a partir das controvérsias ambientais do campo de estudo. As duas vertentes propõem práticas para a conservação ambiental.

A figura de Ademar Coimbra Filho dialoga com a visão conservacionista que ganhou expoentes nos anos 1960 no Brasil, sendo Coimbra Filho um deles. Enquanto, a figura de Leandro dos Santos, remete a uma perspectiva socioambiental que emerge no debate a partir dos anos de 1980. Trate-se de dois modelos de conservação, o primeiro é contra qualquer tipo de conciliação entre as práticas conservacionistas e as populações locais, pois, acredita que: “(...) pobre vai detonar, vai caçar e matar os bichos (...)” (Almeida, 2019, p.130)

O segundo modelo conservacionista dialoga com a mudança de paradigma realizada pela articulação entre o movimento de seringueiros e os povos indígenas. Segundo Mauro Almeida, há uma virada em curso na década de 1980, onde as populações tradicionais e indígenas passam a desempenhar papel relevante na defesa do meio ambiente. Esta articulação política gerou outros modelos conservacionistas como: as reservas extrativistas. A vertente é chamada de etnoconservação, ou então, socioambiental.

O uso do Parque como unidade de conservação é voltado para visitação do público, a partir do turismo. Dentro do Parque Natural Municipal da Cidade atualmente funciona uma cafeteria e o Museu da Cidade que abre de quinta a domingo. O parque recebe visitantes interessados em desfrutar de um momento ao ar livre e com a natureza, assim como, de pessoas que buscam conhecer a história da propriedade. O parque também possui trilhas e atrai pessoas para caminhadas e para praticantes de mountain bike, recentemente a trilha foi dividida para a passagem dos ciclistas e dos trilheiros.

Entretanto, nem todos os usos do parque estão delimitados no decreto municipal e estão regulamentados. A forma como ele é utilizado pelos moradores da comunidade e pelos visitantes casuais vai além da estipulada no documento, conforme vimos no capítulo 2. Neste sentido, do ponto de vista legal-científico, para que os moradores compreendam o funcionamento de uma área de proteção integral seria necessário conscientizá-los sobre a especificidade do parque. A posição da

gestão do Parque é que a entrada de animais domésticos pode gerar para o bem-estar da biodiversidade local. A conscientização dos moradores, em suma, deve convencê-los de que aquele lugar não é uma extensão de sua casa.

A parceria com a associação de moradores é importante para este esforço, a articulação entre ambos ao redor de questões consideradas relevantes para o território gera uma gestão “compartilhada” do espaço. A atuação da Associação não fica restrita ao espaço ocupado pela comunidade, a organização institucional dos moradores possui influência nas ações realizadas na área como um todo.

Sobre a questão do plantio de árvores no parque, há também uma preocupação dos moradores da Vila Parque, com os indivíduos arbóreos do Parque Natural da Cidade como um todo. Segundo relato de Urso, em uma determinada gestão foram cortadas árvores do Parque e realizadas podas inadequadas. As ações levaram à morte dos indivíduos arbóreos que incluíam exemplares de jaqueira e pau-brasil. Na ocasião foram feitas reclamações e denúncias por parte da Associação para a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, algum tempo depois o gestor saiu do cargo. Em sua tese, Silvana Silveira Gnaccarini aborda a controvérsia entre os moradores e a gestão do parque sobre o corte da jaqueira. Segundo a autora, a ação gerou descontentamento dos moradores (Gnaccarini, 2013).

A controvérsia apresentada pela autora, reflete o embate entre as duas vertentes conservacionistas, a perspectiva da gestão do parque, segundo a autora:

Nesse sentido, o discurso da natureza a ser preservada, isto é, o do gestor, a concebe no mesmo discurso legitimador, no passado o do higienismo que cria áreas que antes eram dirigidas ao lazer, mas também à devastação e agora com um invólucro da proteção e da restauração da flora e da fauna originais brasileiras nas áreas de conservação permanente, vai modificando o Parque com suas finalidades apropriadas pela comunidade agora em tese franqueado apenas à pesquisa, o que não ocorre atualmente. (Gnaccarini, 2013, p.70).

Para os moradores, por outro lado, a árvore possui sua relevância: “(...) as pessoas da comunidade conseguem identificar como sendo uma jaqueira e não uma árvore qualquer do mato, se fruta e árvore têm valor simbólico é por ser produto do conhecimento vivido, conhecido e percebido dessa população” (Gnaccarini, 2013, p. 70).

A jaca também é considerada um potencial alimento para humanos e não humanos. Sob a perspectiva conservacionistas, por outro lado, ela é vista como uma espécie que causa problemas ao ecossistema, considerada “exótica invasora”, com

grande potencial de dispersão. Busca-se, como resposta, o manejo das jaqueiras para a preservação das florestas remanescentes.

Segundo Alex Solorzano, a jaqueira é originalmente da Ásia e chegou ao Brasil ainda no século XVIII, sendo plantada em sítios, jardins e chácaras. O fruto das jaqueiras também foi utilizado para alimentar a população escravizada e o gado. O autor analisa como a distribuição geográfica das jaqueiras se relaciona com vestígios da ocupação humana. Sabe-se que o setor da Serra Carioca, no Parque Nacional da Tijuca, era ocupado por sítios e chácaras, exatamente nas fronteiras da floresta com o meio urbano, é onde existe o maior número de jaqueiras (Solorzano, 2018).

No Rio de Janeiro, o projeto de educação socioambiental “Mão na Jaca” visa discutir a percepção que as pessoas possuem sobre as jaqueiras¹⁴. Como mencionado, a ideia de que as jaqueiras são exóticas e por isso são uma ameaça para os demais indivíduos arbóreos é defendida como forma de conservação dos remanescentes florestais da Mata Atlântica. O projeto Mão na Jaca explora o potencial alimentício, ao preparar receitas com o fruto. Quando coletada ainda “verde”, quase todo o material do fruto pode ser aproveitado. Devido à expressiva oferta de jacas na cidade do Rio, o projeto propõe que um outro olhar para a árvore pode contribuir para a discussão sobre a insegurança alimentar e a fome. Apesar da abundância do fruto na cidade, o seu potencial é pouco aproveitado.

A perspectiva que as pessoas possuem sobre as jaqueiras e sobre a coleta de jacas realizada pelo Mão na Jaca é dividida. Durante coleta de jacas feita na Floresta da Tijuca, da qual participei como colaborador, pude perceber como o tema desperta controvérsias de cunho socioambiental, na ocasião participei da atividade de manejo como colaborador. O projeto passou anos buscando autorização do Parque Nacional da Tijuca para coletar jacas que ficam em área próxima à pista da Dona Castorina, com a justificativa de que isso diminuiria o número de acidentes e prejuízos causados pela queda de frutos. Mas isso só aconteceu depois que um ciclista foi atingido por uma jaca, no dia 10 de fevereiro de 2021. Com o acidente, a Associação de Ciclistas apoiou a coleta emergencial de jacas próxima à estrada e a autorização foi concedida¹⁵.

¹⁴ Mão na Jaca. Disponível em: <https://www.maonajaca.com/>. Acesso em: 08/07/2023

¹⁵ Pedal.com. Disponível em: https://www.pedal.com.br/ciclista-e-atingido-por-jaca-na-vista-chinesa-rj_texto14863.html. Acesso em: 20/07/2023

Dentre as práticas de manejo adotadas no Parque Nacional da Tijuca estão o corte e o anelamento das jaqueiras da floresta. A coleta da jaca, por outro lado, demanda uma operação complexa, para que não ocorram acidentes durante o processo. Com isso, na coleta efetuada pelo projeto Mão na Jaca, foi necessário um caminhão guindaste, equipamentos de segurança e o fechamento momentâneo da principal via do parque. A operação contou com o apoio da CET-RIO e de brigadistas do ICMBio, além da autorização da gestão do parque. A paralisação da Estrada Dona Castorina também foi necessária para a segurança dos transeuntes e dos colaboradores do trabalho.

Durante a paralisação do trânsito Marisa, fundadora do Projeto Mão na Jaca e eu tivemos a oportunidade de conversar com as pessoas sobre a ação, em particular sobre a percepção das pessoas sobre jaca. Algumas pessoas questionam a coleta por ela tirar alimento dos animais silvestres, como dos macacos. Segundo esta posição, a falta do alimento faria com que os animais se aproximassem das residências em busca de comida. Outras se mostraram simpáticas à iniciativa e procuram saber como usar a jaca em sua alimentação. A maioria das pessoas está acostumada a comer a jaca madura e desconhecem outros usos possíveis, vendo-a como um alimento de sabor adocicado. Ao conversar com Marisa descobrem que a jaca pode ser aproveitada quando está verde, para pratos salgados.

Segundo a idealizadora do projeto, a coleta de jacas diminui o risco de acidentes, gera comida e restringe as jaqueiras próximas à via, sendo o número de jacas no interior da floresta maior. A coleta realizada neste dia foi destinada ao projeto “Mesa Brasil” do Sesc (Serviço Social do Comércio), que é responsável por distribuir o alimento para combater a fome.

O Mesa Brasil desenvolve ações educativas nas áreas da nutrição é uma referência no combate à fome e contra o desperdício de alimentos. Possui uma rede de parceiros que doam alimentos, produtos que estão fora do padrão de comercialização, sendo que esses alimentos serão direcionados para populações em situação de vulnerabilidade social e nutricional. O programa começou em fevereiro de 2003, em um contexto em que o país se mobilizou para o combate à fome e para a melhora da situação nutricional da população brasileira. Um dos parceiros mais importantes do projeto foi o Programa Fome Zero, desenvolvido pelo teólogo e escritor Frei Betto.

No episódio envolvendo o corte de jaqueiras do Parque da Cidade, a resposta dos moradores impediu o corte de outros indivíduos arbóreos da espécie no parque. A ação dos moradores expõe a relação que a população local possui com a fauna e flora do parque, assim como, o seu papel nas decisões tomadas na área. A controvérsia reflete o impasse da perspectiva conservacionista de base científica e a visão comunitária dos moradores com relação ao parque. A gestão do Parque Municipal adota a visão conservacionista que visa limitar a atividade humana no local e separá-lo da comunidade vizinha. Neste sentido, a criação de áreas naturais impõe uma divisão entre o parque e os moradores locais, além de limitar o uso que podem fazer dele.

Apesar disso, a forma como os moradores interagem historicamente com o parque, não se restringe àquela que é colocada pelo conservacionismo “clássico”, que procurei apresentar aqui a partir da figura histórica de Ademar Coimbra Filho. Eles desenvolveram distintos usos do local onde habitam que dependem da existência do parque, de seus recursos e de sua conservação. Dessa forma, nos dias atuais, o trabalho de Leandro Urso dos Santos pode ser observado como uma outra abordagem de conservação ambiental, ligada a uma perspectiva propriamente socioambiental, tal como formulada por Carneiro da Cunha e Almeida, ou de etnoconservação para Antonio Carlos Diegues – em contraste com a visão conservacionista clássica. Leandro enquanto morador, vice-presidente da associação e agente ambiental defende a importância da comunidade na proteção das áreas verdes do parque, assim como, da fauna que habita o local. Pode-se dizer que a gestão do parque, na prática, ocorre a partir da atuação de uma rede de atores, sendo a associação de moradores e Leandro Urso eixos importantes neste cenário.

Sobre a controvérsia das jaqueiras no Parque Natural Municipal da Cidade uma parcela do descontentamento se deu pelo corte representar uma intromissão em uma área que segundo os moradores era de sua responsabilidade. A ação ganha teor autoritário ao remover uma árvore que estava no “quintal” de um morador local (Gnaccarini, 2013). De outro modo, ao tratar o parque como parte de seu lar, este se torna uma extensão de sua comunidade. E o mesmo vale para os seres não humanos que nele habitam.

A presença das jaqueiras no território brasileiro possui aspectos bióticos e sociais que constituem a paisagem, tornando difícil, separar a natureza da cultura, uma vez que a existência dessas árvores é parte da ação humana. Urso narra que

durante reunião do Museu Sankofa da Rocinha ouviu que a semente da jaca era usada para marcar o caminho de antigas trilhas usadas desde a época da escravidão. Além disso, o trabalho de Vitor Amorim Moreira de Azevedo pontua que a árvore possui relevância para as religiões de matrizes africanas, como umbanda e candomblé (Azevedo, 2015).

Dentro desta perspectiva, a relação dos moradores com o ambiente que historicamente habitam possui elementos culturais que não levam necessariamente à destruição da biodiversidade local. O próprio crescimento da comunidade Vila Parque é um exemplo disso, na medida em que, foi de certa forma controlado devido ao teor comunitário que os moradores construíram entre si e com o meio. Como descrito por Dona Raimunda, para morar na Vila Parque da Cidade era preciso ter “conhecimento”, ou seja, possuir relação de parentesco ou compadrio com algum morador do local.

Esta forma de controle constituída pelos moradores mais antigos impedia a entrada de “estrangeiros”, de outra forma, pessoas não conhecidas. Para adentrar aquele espaço era preciso pertencer ou ser próximo de alguma das famílias que moravam na Vila. A maneira como os moradores encontraram para habitar o local limitou o acesso aos recursos, ao mesmo tempo em que fortaleceu seu aspecto comunitário. Uma visão de que como é de “todos”, é preciso criar modos para regular o “comum”, sendo a associação de moradores a forma organizacional encontrada para articular os interesses da comunidade

Conclusão

As controvérsias analisadas neste trabalho sinalizam que a conservação ambiental não possui uma abordagem homogênea. A história da criação de áreas naturais protegidas tem como marco o Parque de Yellowstone no Estados Unidos, no século XIX (Diegues, 2008). A perspectiva ambiental que culminou na formação do parque, não reconhece o papel das populações tradicionais e indígenas na conservação da natureza. O mito moderno da natureza intocada é a base ideológica dos parques nacionais e visa manter conservar a natureza do avanço da sociedade urbano-industrial (Idem). Para isso, limita o contato que os humanos possam ter com o ambiente e almejam manter a natureza em seu estado “selvagem”. Esta concepção pode levar à retirada forçada das populações que historicamente construíram uma ligação com o território e excluem a possibilidade de uma interação com a natureza que não seja degradante. Sendo assim, apesar do conservacionismo clássico buscar proteger a biodiversidade dos biomas, muitas vezes ele não admite o teor histórico social das paisagens naturais existentes, desconsiderando o papel das comunidades locais na conservação do ambiente que habitam.

No Brasil, o conservacionismo surge da tentativa de proteger o patrimônio natural do país diante da hegemonia desenvolvimentista. Neste cenário, Ademar Coimbra Filho e Augusto Ruschi são personagens importantes na luta pela criação de áreas naturais protegidas que buscavam conscientizar a sociedade, acerca do uso parcimonioso dos recursos naturais (Gonçalves, 2021; Gonçalves, 2022).

Sabe-se que, desde a colonização, o Brasil tem explorado seus recursos naturais, em um primeiro momento com a cana de açúcar, e por conseguinte, do café (Drummond, 1988). Com a industrialização e a mentalidade desenvolvimentista o processo se acentuou. Neste sentido, a formação de áreas naturais protegidas almeja salvaguardar o patrimônio natural do país, em meio a um intenso crescimento urbano e industrial. Para isso, essas áreas deveriam permanecer idealmente “intactas”, sem a permanência humana no território e com restrições ao seu uso.

A partir da década de 1980 é possível observar uma mudança no tratamento do papel das populações tradicionais e indígenas na conservação ambiental. Uma vez que o conservacionismo clássico exclui a possibilidade de conciliação com estes grupos, no contexto da redemocratização eles conseguem reconhecimento internacional e nacional acerca da relevância de suas práticas para conservação ambiental do território que ocupam (Carneiro da Cunha e Almeida, 2009). Esta mudança de tratamento culmina na criação das reservas extrativistas e indígenas no Brasil e surge como uma outra possibilidade de encaminhamento da questão. Dentro desta nova perspectiva a remoção das populações locais do território que historicamente ocupam pode acarretar sérios problemas ambientais e sociais.

Paralelamente ao aparecimento do socioambientalismo, há uma mudança a partir da década de 1980 em relação à questão das favelas no Rio de Janeiro. Durante o período da ditadura militar, a cidade do Rio de Janeiro passou por um intenso processo de desfavelização das áreas centrais da cidade, onde centenas de famílias foram removidas para outras áreas do Rio de Janeiro (Rolnik, 1989). Um dos argumentos utilizados para migrações forçadas dessas pessoas foram os riscos sociais e ambientais que estas estavam expostas. Como em 1966, a cidade sofre com fortes chuvas que geram deslizamentos de encostas, alagamentos e mortes (Compans, 2003).

Com o fim da ditadura militar e o período de redemocratização, as representações civis dos moradores das favelas, conseguem lutar pelo direito à moradia e por melhorias para as suas localidades. A remoção das favelas como forma de política habitacional perde força, nas primeiras eleições pós ditadura, uma política relevante neste novo contexto é a de Leonel Brizola (Idem). Ao invés de retirar as famílias da localidade, este propunha conceder direito à moradia, além de melhorias nas comunidades. Projetos de reflorestamento aparece dentro desse leque de serviços ofertados (Zau; Sartori, 2021).

Surge então uma nova abordagem para a questão da moradia popular e a conservação ambiental no Rio de Janeiro, onde as comunidades locais possuem papel fundamental, como no caso do programa Mutirão do Reflorestamento, promovido pela Prefeitura do Rio, posteriormente abarcado pelo Refloresta Rio (Idem). Mais recentemente o projeto Horta Carioca também busca integrar as comunidades ao redor do tema da conservação ambiental, geração de renda e segurança alimentar. Os programas Refloresta Rio e Horta Carioca são políticas

públicas que funcionam com base na articulação das associações de moradores com a Prefeitura do Rio de Janeiro. Dessa forma, parece ocorrer uma mudança no contexto das políticas acerca da importância da sociedade civil, em particular das associações de moradores para o sucesso dessas políticas sociais e ambientais.

O trabalho de Leandro Urso, na associação de moradores da Vila Parque da Cidade é tomado neste trabalho como um exemplo dessas mudanças, em contraste com a perspectiva estritamente preservacionista adotada no Parque da Cidade por administrações anteriores. Como demonstrado, além de participar da associação, ele é agente ambiental, participa do projeto Refloresta Rio e do programa Horta Carioca da comunidade. A atuação da associação de moradores da Vila Parque da Cidade diz respeito a temas fundamentais como: acesso à água e saneamento básico, saúde e educação. A associação de moradores também desempenha sua influência na gestão do Parque Natural Municipal da Cidade, por meio de atividades de cunho socioambiental como - plantio de mudas, resgate de animais silvestres, visitas guiadas ao parque, entre outras.

As controvérsias analisadas no terceiro capítulo mostram como a perspectiva sobre o modelo de conservação ambiental não é homogênea, e como muitas das vezes as práticas são decididas com a participação de uma rede de atores, sendo a associação uma parte relevante. Pode-se concluir, portanto, que as controvérsias socioambientais encontradas no caso da Comunidade Vila Parque da Cidade e do Parque Natural da Cidade refletem perspectivas ambientais distintas. As perspectivas divergem acerca do papel das comunidades locais na conservação ambiental, e por conseguinte, da relação entre natureza e sociedade.

A discussão é particularmente importante em tempos de mudanças climáticas, no contexto do Antropoceno, onde, após anos de uso desenfreado dos recursos naturais, os seres humanos foram capazes de interferir no ecossistema global (Chakrabarty, 2013). Com o Antropoceno, a relação entre humanos e natureza está colocada em xeque, na medida em que a sociedade moderna tratou de esvaziar o sentido da natureza, reduzindo-a a um recurso, a uma mercadoria.

No que tange ao caso da cidade do Rio de Janeiro, os riscos ligados às mudanças climáticas levam a necessidade reflexão sobre justiça climática no momento atual. Tendo em mente que estamos em um “Novo Regime Climático” e, que isto, torna necessário investigar o impacto dos riscos ambientais nas

desigualdades sociais, raciais e de gênero existentes (Latour apud Latour 2020, p.10).

Sabe-se que o aumento das desigualdades e das desregulações do mercado fazem com que as classes menos favorecidas sejam as mais impactadas pelas mudanças climáticas (Latour, 2020). O presente trabalho visa contribuir na busca de outras formas de interação com o meio ambiente, que possibilitem a sua conservação e não aumentem o processo de degradação socioambiental em curso. Por fim, como foi apresentado, a dissertação aposta que essas outras possibilidades de interação podem estar mais próximas do que pensávamos.

Referências Bibliográficas

- ALKIMIN, Antonio Carlos et al. **Relatório final do diagnóstico socioeconômico da comunidade Vila Parque da Cidade**. Rio de Janeiro: Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2011.
- ALMEIDA, M. **Populações tradicionais e conservação ambiental**. In:_____. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify. Cap. 17, 2009.
- ALMEIDA, M. **Entrevista concedida a Felipe Sussekind**. Revista Diversidade e Desigualdade, Rio de Janeiro. n.17. p.128-138. 2019.
- AZEVEDO, V. A. M. de. **EwéIgbo: árvores sagradas do Candomblé no contexto socioambiental**. 2015. 131 p. Dissertação (Mestrado em Ensino de Biologia; Biodiversidade e sociedade) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.
- BARATA, C.; GASPARG, C. B. **A Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas**. Rio de Janeiro: Cassará, 1.ed., 280p. 2015.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas**: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA/SBF, 2011p.76. Acesso em: 16 mar. 2023.
- BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade [1968]. 2. ed. São Paulo, SP: Ed. 34, 2011.
- BECK, Ulrich. A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- COIMBRA. A. **Reintrodução do Tucano-de-bico-preto (*Ramphastos vitellinusariel* Vigors, 1826) no Parque Nacional da Tijuca (Rio de Janeiro-RJ) e notas sobre sua distribuição geográfica**. Bol. Mus. Biol. Mello Leitão (N.Ser.) 11/12:189-200. 2000.
- COIMBRA. A. Sem qualquer cerimônia com Ademar Coimbra Filho. **O eco**.
- ALDÉ, Lorenzo.; BRITO, Manoel F.; CORRÊA, Marcos S.; ABRANCHES,

Sérgio 15 de out, 2004. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/10921-oeco_10543/>. Acesso em 18 mar. 2023.

BARRETO F, H. T. **Da nação ao planeta através da natureza**: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral da Amazônia brasileira. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

BONIOLO, R. M. **Como ordenar o que não pode ser ordenado?** Criação de regras de uso do Espaço Sagrado da Curva do S (Parque Nacional da Tijuca/Rio de Janeiro). Cadernos de Campo (São Paulo - 1991), [S. l.], v. 27, n. 1, p. 39-58, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v27i1p39-58. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/112449>>. Acesso em 16 ago. 2023.

COMPANS, R. **A regularização fundiária de favelas no Estado do Rio de Janeiro**. Revista Rio de Janeiro. n. 9. p.41-53. 2003.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. In: A sociedade contra o Estado: Pesquisas sobre antropologia política. São Paulo: Ubu Editora. pp. 166-191. 2020.

CHAKRABARTY, D. **O clima da história**: quatro teses. Sopro, n. 91, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n91s.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2022.

DIEGUES, A. **Etnoconservação da natureza**: enfoques alternativos. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC/ NUPAUB, 2000. Acesso em: 25 ago. 2023.

DIEGUES, A. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Antonio Carlos Diegues e Rinaldo Sérgio Vieira Arruda (orgs.). São Paulo: NUPAUB-USP: MMA, 2000. Acesso em: 27 set. 2023.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. Editora Hucitec Nupaub. 6 ed. São Paulo. p. 17-32/ 55-71. 2008.

DRUMMOND, José Augusto. **O jardim dentro da máquina**: breve história ambiental da floresta da Tijuca. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 1, n.2,1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2167>>. Acesso em 22 maio. 2023.

ESCOBAR, Arturo. **Territórios da diferença**: a ontologia política dos “direitos ao território”. Desenvolv. Meio Ambiente, v. 35. p.89-100. 2015.

FERNANDEZ, A. C. F. **Um Rio de florestas**: uma reflexão sobre o sentido da criação dos parques na cidade do Rio de Janeiro. Estudos Históricos (Rio de Janeiro) [online]. 2011, v. 24, n. 47, pp. 141-161. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0103-21862011000100008>>. Acesso em: 29 ago. 2023.

GONÇALVES, A. S. **A militância ambiental de Augusto Ruschi**: práticas científicas e estratégias políticas para a conservação da natureza no Brasil (1937-1986). [E-book]. Santa Teresa, ES: INMA; Comunicação Impressa, 2021. Disponível em <<https://www.gov.br/inma/pt-br/assuntos/publicacoes/a-militancia-ambiental-de-augusto-ruschi/view>>. Acessado em 5 dezembro 2022.

GONÇALVES, A.; FRANCO, J. **Adelmar Coimbra-Filho**: primatologia, áreas protegidas e conservação da natureza no Brasil. História (São Paulo) [online]. 2022, v. 41, e2022043. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-4369e2022043>>. Epub 16 Dez 2022. ISSN 1980-4369. <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2022043>. Acesso em: 12 fev. 2023.

GUIMARÃES, T. V; MÁXIMO, P. B. P. **Racismo ambiental e aplicação diferenciada das normas ambientais**: uma aproximação necessária entre os casos da Comunidade do Horto Florestal e do Condomínio Canto e Mello (Gávea/RJ). Revista Desigualdade e Diversidade. n.17. p. 89-106. 2019

GNACCARINI, S. S. **A floresta urbana e seu simbolismo na vida de moradores da Vila Parque da Cidade**. 219 p. Dissertação de mestrado (Programa de Estudos Pós-Graduados em Geografia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2013.

HARDIN, G. **The tragedy of the commons**: the population problem has no technical solution; It requires a fundamental extension in morality. Science, v. 162, n. 3859, p. 1243-1247, Dec. 1968.

LATOUR, B. **Como retomar a tarefa de descobrir associações**. In: ___. Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede. Salvador/Bauru: EDUFBA/EDUSC, p. 17-40, 2012 [2005].

LATOUR, B. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno?** Rio de Janeiro: Bazar Tempo. Tradução Marcela Vieira; posfácio e revisão técnica Aylne Costa. 160. 2020.

MORAES, M.D. **O Programa APD**: a participação da Comunidade Europeia nas políticas de urbanização de favelas do Rio de Janeiro e Santo André. Monografia (Especialização em uso do solo e planejamento urbano). Instituto de Pesquisa e

Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. p.4-18. 2005.

O'Reilly, É. M. **Agricultura Urbana** - Um estudo de caso do projeto Hortas Cariocas em Manguinhos, Rio de Janeiro. 87 p. Monografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Engenharia Ambiental. 2014.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Introdução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **As bases teóricas da história ambiental**. Estudos Avançados, [S. l.], v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10468>. Acesso em: 22 ago. 2023.

PÁDUA, M. Do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 2011. Acesso em 3 de janeiro de 2023.

Pesquisa Bairro Fraterno, 2022.

Potências locais: Cartografias e Reconhecimento e Ação, 2021

SORANZ, Daniel. **Plano Municipal de Saúde do Rio de Janeiro [livro eletrônico]: 2014-2017**. Secretaria Municipal de Saúde, 2013. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3700816/4128745/PMS_20142017.pdf. Acesso em 05 ago. 2023.

POLANY, K. **A Grande Transformação**. As origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus. p. 62-76. 2000.

RIO DE JANEIRO. **Decreto n.º 29. 538, de 03 de Julho de 2008**. Reconhece o Parque da Cidade como Unidade de Conservação da Natureza do Município, estabelece sua denominação, delimitação e dá outras providências. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2008.

ROLNIK, R. **Território negros nas cidades brasileiras**: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: Diversidade, espaço e relações étnico-raciais O negro na Geografia do Brasil. Revista de Estudos Afro-Asiáticos. n. 17. p. 75-90. 1989.

SALES, G.; GUEDES-BRUNI, R. R. **Um Quebra-Cabeça Verde**: “Montando as Peças” do Reflorestamento Empreendido na Floresta da Tijuca. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 7, n. 3, p. 58-77, 24 dez. 2018.

SANTANA, C. A.A. **O Projeto Mutirão Reflorestamento**: Origem, Presente e Futuro. In: *Floresta aos montes A recuperação das matas do Rio de Janeiro*. p.47-87. 2021.

SOLÓRZANO, A.; DA SILVA SALES, G.; NUNES, R. **O Legado Humano na Paisagem do Parque Nacional da Tijuca**: Uso, Ocupação e Introdução de Espécies Exóticas. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 7. n. 3. p. 43-57. 2018.

SINISCALCHI, M. **Semeando o comum na metrópole contemporânea**: as hortas comunitárias no Rio de Janeiro (RJ). 241 p. Dissertação (mestrado)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente. 2020.

SOUZA, L. C. **Horto florestal**: um lugar de memória do Rio de Janeiro - A construção do Museu do Horto e seu correspondente projeto social de memória. 219 p. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social. 2012.

SUSSEKIND, F. **Controvérsias socioambientais**. *Revista Desigualdade e Diversidade*. N.17. pp. 1-8. 2019.

UNEP-WCMC and IUCN (2021). **Protected Planet Report 2020**. UNEP-WCMC and IUCN: Cambridge UK; Gland, Switzerland. 2020.

VIVEIROS, E. C. **Sociedades indígenas e natureza na Amazônia**. *Revista Tempo e Presença*, CEDI. Ano 14. n. 261. pp. 25-26. 1995.

ZAU, A. S.; SARTORI, R. A. **Florestas aos montes**: A recuperação das matas do Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2021. v. 200. 637p.

Entrevistas

NASCIMENTO. R. S. Entrevista concedida a Caio dos Santos Araújo em 01 de fevereiro de 2023.

SANTOS. L. C. Entrevista concedida a Caio dos Santos Araújo em 25 de janeiro de 2023.